

PROJETO GIA  
Governança e Infraestrutura na Amazônia

# RELATÓRIO DA OFICINA

## Governança de Áreas Protegidas e Desenvolvimento de Infraestrutura no Sul do Amazonas - Norte de Rondônia:

Reflexões, Aprendizagens  
e Novos Caminhos

23, 24 e 25 de Julho de 2019


Hotel Fazenda Três Capelas, BR-364, km 673  
Candeias do Jamari, RO

Realização:



Apoio:





Relatório da Oficina “**GOVERNANÇA DE ÁREAS PROTEGIDAS E DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA NO SUL DO AMAZONAS - NORTE DE RONDÔNIA: REFLEXÕES, APRENDIZAGENS E NOVOS CAMINHOS**”, realizada nos dias 23, 24 e 25 de julho de 2019, em Candeias do Jamari (Rondônia).

**Realização:** Programa de Conservação e Desenvolvimento Tropical da Universidade da Flórida (TCD/UF).

**Edição:** Carolina de Oliveira Jordão e Felipe Veluk Gutierrez

**Autores:** Alexandra Nicole Sabo, Carolina de Oliveira Jordão, Felipe Veluk Gutierrez, Gabriel Cardoso Carrero, Ney José Brito Maciel, Robert J. Buschbacher, e Sinomar Ferreira da Fonseca Jr (em ordem alfabética).

**Relatoria:** Alexandra Nicole Sabo, Gabriel Cardoso Carrero, Ney José Brito Maciel e Sinomar Ferreira da Fonseca Jr (em ordem alfabética).

**Fotos:** Carolina de Oliveira Jordão ([Acesse aqui](#))

**Facilitação gráfica:** Karla Sessin Dilascio



# ÍNDICE

APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO	4
AGRADECIMENTOS	7
PARTICIPANTES E EXPECTATIVAS	8
OBJETIVOS E PROGRAMAÇÃO	11
FLUXO DA AGENDA, CONCEITOS E PERGUNTAS ORIENTADORAS	13
APRESENTAÇÕES	15
1. Geografia das dinâmicas territoriais agrárias ao Norte de Rondônia	17
2. Histórico e desafios para a governança de áreas protegidas e conservação da sócio-biodiversidade no Sul do Amazonas.	18
3. Governança na região de influência da rodovia BR-319.	19
4. Aliança para o Desenvolvimento Sustentável do Sul do Amazonas.	20
5. Gestão integrada de terras indígenas e unidades de conservação no Sul do Estado do Amazonas.	22
6. Direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais em situação de conflito.	23
7. Grandes obras de infraestrutura regionais: implicações e desafios socioambientais.	25
8. IDAM - Assistência Técnica e Extensão Rural para o Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas.	26
9. Participação e inclusão social para o fortalecimento do território e áreas protegidas.	27
10. Participação e inclusão social para o fortalecimento do território e áreas protegidas.	28
FEIRA DE EXPERIÊNCIAS	33
MAPEAMENTO PARTICIPATIVO	36
JUNTANDO AS PARTES	38
Grupos de Trabalho – Perguntas Norteadoras	40
Bandeirão da comunidade de prática e aprendizagem	43
Diálogo Final	45
ANEXOS	47
A. Feira de Experiências - Tabelas com o que foi apresentado por cada organização participante.	47
B. Mapeamento participativo - resultados detalhados por grupo.	56





## APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO

O presente relatório é uma síntese do ocorrido na Oficina “GOVERNANÇA DE ÁREAS PROTEGIDAS E DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA NO SUL DO AMAZONAS - NORTE DE RONDÔNIA: REFLEXÕES, APRENDIZAGENS E NOVOS CAMINHOS”, realizada entre os dias 23 e 25 de julho de 2019, no município de Candeias do Jamari (próximo a cidade de Porto Velho), no Estado de Rondônia.

A oficina foi realizada no âmbito do Projeto GIA – Governança e Infraestrutura na Amazônia, junto ao Programa de Conservação e Desenvolvimento Tropical (TCD) da Universidade da Flórida (UF), em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM) e WWF-Brasil, com o apoio financeiro da Fundação Gordon e Betty Moore.

O Projeto GIA é uma continuação do processo de aprendizagem coletiva resultante do “Workshop Ferramentas e Estratégias para Conservação e Desenvolvimento na Amazônia: Lições Aprendidas e Caminhos Futuros” (UF Amazon Workshop<sup>1</sup>), realizado na Universidade da Flórida (EUA) no final de 2017. Este projeto visa a construção e o fortalecimento de grupos ou comunidades de prática e aprendizagem em quatro regiões ou mosaicos de áreas protegidas chaves localizados na Amazônia Oriental, no Brasil (região Sul do Amazonas - Norte de Rondônia, no interflúvio Madeira - Purus), Bolívia, Peru e Colômbia.

Através do trabalho colaborativo com diferentes parceiros (ONGs, governo, associações de base-comunitária e universidades), o projeto busca fomentar a troca de experiências, conhecimento e reflexão, identificando, discutindo e propondo estratégias e ferramentas para uma melhor governança do território, conservação da sócio-biodiversidade e o desenvolvimento regional – incluindo a redução de ameaças relacionadas com grandes projetos de infraestrutura (estradas, hidrovias, hidrelétricas, ferrovias, exploração de petróleo e gás, mineração, etc.).

Esta oficina está integrada com as atividades iniciais do Projeto GIA, o qual tem um período de execução de dois anos, começando em janeiro de 2019 e seguindo até o final de 2020. Na abertura do evento foi apresentada a Teoria de Mudança do projeto (Figura 1), baseada no encadeamento lógico de que conhecimento e informação são utilizados na formulação e implementação de estratégias e ferramentas para incidir no contexto de governança e infraestrutura. Esse processo de incidência pode ser limitado ou favorecido por fatores internos e/ou externos. Além de envolver um processo de retroalimentação, em que experiência envolve reflexão, análise e aprendizagem, o que contribui para melhoria das práticas, levando-as a serem mais eficazes.

Nesta etapa inicial também foram ressaltadas as expectativas e objetivos da oficina em alcançar a formação de uma comunidade de prática e aprendizagem, a partir de um processo de fortalecimento de aprendizagem social. A valorização de saberes, os laços e aprendizados coletivos, e a reflexão de prática

---

<sup>1</sup> Para acessar o relatório, as apresentações e outros materiais resultantes do workshop, acesse: <http://uftcd.org/2017-uf-amazon-workshop>





e contexto foram evocados para discutir as estratégias que envolvem os desafios de governança. Foi explicado que para a UF, o conceito de aprendizagem social (Figura 2) é um norteador do projeto e também da construção da nossa comunidade de prática e aprendizagem (CoP-A). Esse envolve quatro elementos centrais:

- Prática (as ações em si e o aprender fazendo).
- Formação de comunidade (sentimento de pertencimento).
- Identidade (formação de identidade pessoal e coletiva).
- Significado (ações e processo geram significados para nós que vão além da parte racional).

A oficina foi, portanto, um espaço participativo muito rico e dinâmico de valorização de saberes e laços de aprendizagem colaborativos, onde a reflexão de prática e contexto foram utilizados para discutir as estratégias e ferramentas ligadas a governança e infraestrutura na região. Aqui ressaltamos as principais atividades, momentos e conteúdos discutidos pelos participantes e registrados pela equipe da UF e IEB, quem lideraram a organização do evento. Esperamos que estas informações possam contribuir ao fortalecimento dos processos de governança e desenvolvimento socioambiental da região.

**Boa leitura!**

**Equipe GIA-Brasil**





Figura 1 – Teoria de Mudança do projeto GIA.



Figura 2 – Conceito de Aprendizagem Social.



## AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer primeiramente a todos e todas que participaram da oficina, por disponibilizarem três dias de suas corridas agendas para estarem presentes, e mais importante ainda, por terem compartilhados suas ricas experiências e conhecimentos com todo o nosso grupo.

A nossa gratidão às equipes administrativa-financeira do Centro de Estudos Latino-americanos da UF (Andrea Birgit Chavez) e do IEB, em especial a Marilene Silva que fez um excelente trabalho logístico que foi fundamental para a realização e sucesso da oficina.

O nosso muito obrigado à nossa equipe da UF e IB pelo excelente trabalho colaborativo desempenhado tanto na organização como na facilitação do evento. Somos gratos também ao Eduardo Bongioio pela confecção dos mapas utilizados na oficina e Karla Dilascio ([Coletivo Passiflora Socioambiental](#)) pela fantástica facilitação gráfica durante todo o encontro.

Por último, agradecemos a parceria com o IEB (Ailton Dias, Ney Maciel e André Segura Tomasi), WWF-Brasil (Ricardo Mello, Maria Jasylene Abreu e Henrique Santiago Carlos) e IDESAM (Carlos Gabriel Koury e Fernanda Meirelles) junto ao Projeto GIA e na concepção e realização da oficina.



## PARTICIPANTES E EXPECTATIVAS

A oficina contou com um grupo diverso de 35 participantes (Tabela 1) que vivem e atuam com questões de governança e infraestrutura na região Norte de Rondônia - Sul do Amazonas. Os participantes fazem parte de organizações não governamentais (ONGs), universidades, governo e comunidades (Figura 3).

Tabela 1 – Lista de participantes da oficina.

NOME	ORGANIZAÇÃO	EMAIL
Adelson Arruda	STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lábrea	<a href="mailto:adelsonarruda@hotmail.com">adelsonarruda@hotmail.com</a>
Alexandra Sabo	UF - Universidade da Flórida	<a href="mailto:ansabo@ufl.edu">ansabo@ufl.edu</a>
Ana Moraes Coelho	FGV - Fundação Getulio Vargas	<a href="mailto:ana.coelho@fgv.br">ana.coelho@fgv.br</a>
André Segura Tomasi	IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil	<a href="mailto:andre@iieb.org.br">andre@iieb.org.br</a>
Angela Pellin	IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas	<a href="mailto:angela@ipe.org.br">angela@ipe.org.br</a>
Artur Moret	UNIR – Universidade Federal de Rondônia	<a href="mailto:amoret@unir.br">amoret@unir.br</a>
Beatriz Furtado dos Santos	UEA – Universidade Estadual do Amazonas/Humaitá.	<a href="mailto:bsantos@uea.edu.br">bsantos@uea.edu.br</a>
Bob Buschbacher	UF - Universidade da Flórida	<a href="mailto:rbusch@ufl.edu">rbusch@ufl.edu</a>
Carolina Jordão	UF - Universidade da Flórida	<a href="mailto:caroljordao@ufl.edu">caroljordao@ufl.edu</a>
Carolina Doria	UNIR – Universidade Federal de Rondônia	<a href="mailto:carolinarcdoria@unir.br">carolinarcdoria@unir.br</a>
Edgar Nuñez Franco	ACT - Amazon Conservation Team / Colombia	<a href="mailto:enunez@actcolombia.org">enunez@actcolombia.org</a>
Fabiana Prado	IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas	<a href="mailto:pradoff@ipe.org.br">pradoff@ipe.org.br</a>
Felipe Gutierrez	UF - Universidade da Flórida	<a href="mailto:felipe.gutierrez@ufl.edu">felipe.gutierrez@ufl.edu</a>
Fernanda Meirelles	IDESAM - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia	<a href="mailto:fernanda.meirelles@idesam.org.br">fernanda.meirelles@idesam.org.br</a>
Gabriel C. Carrero	UF - Universidade da Flórida	<a href="mailto:gcarrero@ufl.edu">gcarrero@ufl.edu</a>
Gustavo Silveira	OPAN – Operação Amazônia Nativa	<a href="mailto:gustavo@amazonianativa.org.br">gustavo@amazonianativa.org.br</a>
Henrique Pereira	UFAM – Universidade Federal do Amazonas	<a href="mailto:hpereira@ufam.edu.br">hpereira@ufam.edu.br</a>
Henrique Santiago Carlos	WWF Brasil	<a href="mailto:henriquecarlos@wwf.org.br">henriquecarlos@wwf.org.br</a>
Ivaneide B. Cardozo	KANINDÉ - Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé	<a href="mailto:neidinhasurui@gmail.com">neidinhasurui@gmail.com</a>
Josimar Costa da Silva	SEMA - Boca do Acre	<a href="mailto:fidelquino@hotmail.com">fidelquino@hotmail.com</a>
Karla Sessin Dilascio	Consultora Gráfica – Coletivo Passiflora Socioambiental	<a href="mailto:karla.dilascio@gmail.com">karla.dilascio@gmail.com</a>





Kena Chaves	FGV - Fundação Getulio Vargas	<a href="mailto:kena.chaves@fgv.br">kena.chaves@fgv.br</a>
Lidia Antty	OCMA - Organización Comunal de la Mujer Amazónica	<a href="mailto:ocmagya@yahoo.es">ocmagya@yahoo.es</a>
Maria das Graças Silva	UNIR – Universidade Federal de Rondônia	<a href="mailto:mgsnsilva@unir.br">mgsnsilva@unir.br</a>
Maria Madalena Cavalcante	UNIR – Universidade Federal de Rondônia	<a href="mailto:mada.geoplan@gmail.com">mada.geoplan@gmail.com</a>
Missilene Augusto Rodrigues	ASAEX - Associação dos Seringueiros Agroextrativistas da Reserva do Rio Ouro Preto	<a href="mailto:asaex2000@hotmail.com">asaex2000@hotmail.com</a>
Nadiele Pacheco	IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas	<a href="mailto:npacheco@idam.am.gov.br">npacheco@idam.am.gov.br</a>
Neiva Araujo	UNIR – Universidade Federal de Rondônia/Campus Cacoal.	<a href="mailto:araujo.nc@gmail.com">araujo.nc@gmail.com</a>
Ney Maciel	IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil	<a href="mailto:ney@ieb.org.br">ney@ieb.org.br</a>
Nilcélio Rodrigues	APIJ - Associação do Povo Indígena Jiahui	<a href="mailto:nilceliodiarrui@gmail.com">nilceliodiarrui@gmail.com</a>
Ricardo Gilson da Costa Silva	UNIR – Universidade Federal de Rondônia	<a href="mailto:rgilson@unir.br">rgilson@unir.br</a>
Ricardo Mello	WWF Brasil	<a href="mailto:ricardomello@wwf.org.br">ricardomello@wwf.org.br</a>
Simone Athayde	UF - Universidade da Flórida	<a href="mailto:simonea@ufl.edu">simonea@ufl.edu</a>
Sinomar Ferreira	UF - Universidade da Flórida	<a href="mailto:sinjunior@ufl.edu">sinjunior@ufl.edu</a>
Thiago Castellano	OPIPAM - Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas	<a href="mailto:thiago_ow@hotmail.com">thiago_ow@hotmail.com</a>



Figura 3 – Participantes da oficina durante dinâmica inicial de apresentação.



Na chegada à oficina, cada participante escreveu em pequenas tarjetas suas expectativas individuais para o decorrer do evento e projeto. Aqui dividimos elas em quatro grandes blocos: Conhecimento e Saberes; Troca de Experiências e Reflexão; Parcerias e Colaboração; e Comunidade de Prática e Aprendizagem (Tabela 2).

Tabela 2- Expectativas relatadas pelos participantes da oficina.

<p style="text-align: center;"><b>CONHECIMENTO E SABERES</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● (Novos) Aprendizados (4x)</li> <li>● Conhecimento (2x)</li> <li>● Obter conhecimento</li> <li>● Ter mais conhecimento sobre governança para poder compartilhar Aprendizado;</li> <li>● Valorização dos saberes</li> <li>● Aprender sobre diferentes estratégias para governança de um território; Estratégias para aproveitamento florestal e de produtos não madeireiros</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>TROCA DE EXPERIÊNCIAS E REFLEXÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Troca de Experiências (4x)</li> <li>● Diálogo</li> <li>● Conhecer e dialogar com colegas que atuam na Amazônia</li> <li>● Aprender com outras experiências</li> <li>● Conhecer experiência dos parceiros</li> <li>● Reflexão sobre o momento atual e como o movimento vai enfrentá-lo</li> <li>● Fortalecimento e Oportunidades de Diálogo</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>PARCERIAS E COLABORAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Cooperação científica/parcerias; Sinergias</li> <li>● Articulação das instituições, visando atuação nas áreas protegidas</li> <li>● Parceria</li> <li>● Integração com parceiros</li> <li>● Criar novas Parcerias e fortalecer as estabelecidas</li> <li>● Conseguir novas parcerias</li> <li>● Construir um futuro melhor para nossas florestas e fortalecer os territórios</li> <li>● Integração da equipe; parcerias saudáveis</li> <li>● Aproximação com outras instituições</li> </ul>	<p style="text-align: center;"><b>COMUNIDADE DE PRÁTICA E APRENDIZAGEM</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Aumento, fortalecimento e estabelecimento de rede de apoio mútuo</li> <li>● Fortalecer laços para aprendizagem colaborativa</li> <li>● Contribuir com a comunidade de prática</li> <li>● Construir um espaço de reflexão sobre a práxis de trabalho</li> </ul>



## OBJETIVOS E PROGRAMAÇÃO

A oficina foi uma iniciativa que é integrada às atividades iniciais do Projeto GIA (período de execução: 2019-2020), as quais contemplam também uma análise dos atores e suas redes sociais envolvendo a região Sul do Amazonas - Norte de Rondônia e as temáticas centrais do projeto.

Os **objetivos da oficina** foram:

- **Refletir, trocar experiências e lições aprendidas** sobre **estratégias e ferramentas de governança** de áreas protegidas e de infraestrutura na região.
- Explorar **oportunidades de colaboração** em **ações estratégicas e projetos** de pesquisa para fortalecer os processos de governança e o desenvolvimento socioambiental regional.
- Dar início a uma **comunidade de prática e aprendizagem** entre diferentes atores sociais que atuam com os temas de **Governança de Áreas Protegidas** e **Grandes Obras de Infraestrutura**.

A programação que foi planejada, para três dias da oficina (23-25 de julho), como pode ser observado abaixo (Tabela 3). Contudo, durante a execução da oficina, que é algo mais dinâmico e sensível ao envolvimento e motivação do grupo, alguns ajustes foram feitos, sem comprometer nenhuma atividade.

*Tabela 3 - Programação planejada para a oficina*

Dia 1 (23/07)	
<b>MANHÃ</b>	
7:00 Café da Manhã	
8:00 Credenciamento	
<b>Boas-vindas, apresentação do projeto e agenda da oficina. Ney Maciel (IEB), Bob Buschbacher e Felipe Veluk (UF)</b>	
<b>Apresentação dos participantes</b>	
<b>Avaliação pré-oficina</b>	
<b>Linha do Tempo participativa</b>	
<b>Apresentações &amp; Reflexões:</b>	
- Geografia das dinâmicas territoriais agrárias ao Norte de Rondônia. Ricardo Gilson (UNIR).	
- Histórico e desafios para a governança de áreas protegidas e conservação da sócio-biodiversidade no Sul do Amazonas. Henrique Pereira (UFAM).	
<b>TARDE</b>	
12:30 Almoço	
<b>Análise de Redes Sociais</b>	
<b>Feira de Experiências</b>	
19:30 Jantar e Noite Cultural	



## Dia 2 (24/07)

### MANHÃ

7:00 Café da Manhã

8:30 Início

#### **Apresentações & Roda de Conversa:**

- Governança na região de influência da rodovia BR-319. Fernanda Meirelles (IDESAM).
- Aliança para o Desenvolvimento Sustentável do Sul do Amazonas. Ricardo Mello/Henrique Santiago (WWF-Brasil).
- Gestão integrada de terras indígenas e unidades de conservação no Sul do Estado do Amazonas. André Tomasi (IEB).
- Direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais em situação de conflito. Ivaneide Cardozo (KANINDÉ).

### TARDE

12:30 Almoço

#### **Apresentação**

- Grandes obras de infraestrutura regionais: implicações e desafios socioambientais. Maria Madalena Cavalcante (UNIR)

#### **Mapeamento participativo**

19:30 Jantar e Cine Socioambiental

## Dia 3 (25/07)

### MANHÃ

7:00 Café da Manhã

8:30 Início

#### **Apresentações & Roda de Conversa**

- IDAM - Assistência Técnica e Extensão Rural para o Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Nadiele Pacheco (IDAM).
- Participação e inclusão social para a fortalecimento da governança do território e áreas protegidas. Maria das Graças Silva (UNIR) e Lídia Antty (OCMA).

#### **Juntando as partes: Análise Geral do Conteúdo Gerado na Oficina**

### TARDE

12:30 Almoço

#### **Diálogo sobre Comunidade de Prática e Aprendizagem**

- Da teoria à prática
- O que queremos construir juntos: oportunidades e estratégias

#### **Discussões finais e conclusão**

#### **Avaliação pós-oficina**

19:30 Jantar



# FLUXO DA AGENDA, CONCEITOS E PERGUNTAS ORIENTADORAS

A programação da oficina foi desenhada no formato de um fluxo de atividades (Figura 4) que permitissem uma agenda fluida e integrada, baseada na troca de experiências e a construção coletiva de elementos para pensar os próximos passos de formação da nossa comunidade de prática e aprendizagem.

Para auxiliar esse processo, a equipe da UF apresentou inicialmente os conceitos de mosaicos, governança, infraestrutura, estratégias e ferramentas (Figura 5), além de algumas perguntas orientadoras sobre governança de áreas protegidas e territórios, eficácia de estratégias e ferramentas e comunidade de prática (Figura 6). Estes conceitos, em conjunto com as perguntas orientadoras, foram utilizados ao longo do evento para guiar as nossas discussões. As perguntas foram abordadas em atividades específicas e revisadas ao final do evento em um momento de síntese da reflexão e análise que foi realizada.



Figura 4 – Agenda fluxo da oficina.



Figura 5 – Conceitos chave que foram utilizados durante a oficina.

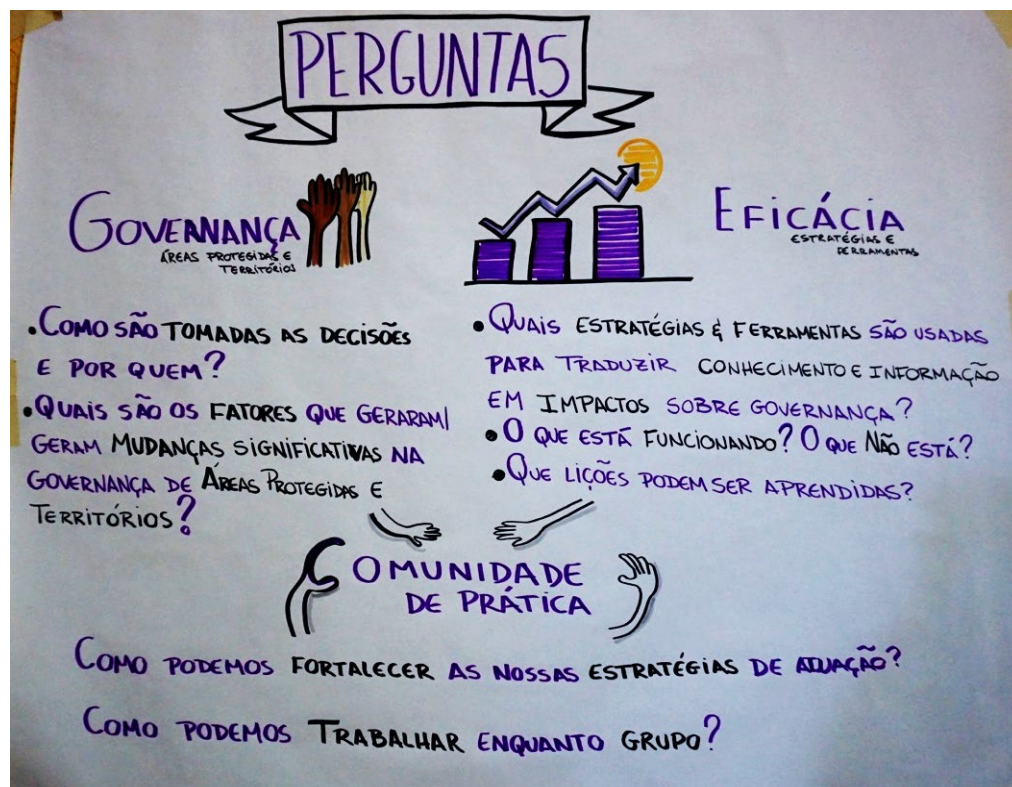


Figura 6 – Perguntas orientadoras da oficina.





## APRESENTAÇÕES

Para auxiliar com a troca de experiências e a reflexão individual e coletiva dos participantes, foram realizadas **10 apresentações temáticas** por diferentes profissionais atuantes no mosaico Sul do Amazonas - Norte de Rondônia. Estas apresentações estiveram alinhadas aos objetivos da oficina, o fluxo de sua agenda e as demais atividades já mencionadas anteriormente. As duas primeiras apresentações foram realizadas pelos professores **Ricardo Gilson (UNIR)** e **Henrique Pereira (UFAM)**, concluindo o período da manhã do dia 01, com o objetivo de prover uma visão panorâmica e histórica sobre o contexto regional do projeto, os seus processos de ocupação e uso do solo, contrastando assim as regiões ao Sul do Amazonas e Norte de Rondônia.

No período da manhã do segundo dia foram realizadas mais 4 apresentações interconectadas e enfocadas nas experiências e estratégias/ferramentas de governança territorial e de áreas protegidas de quatro organizações que atuam na região – **Fernanda Meirelles (IDESAM)**, **Ricardo Mello & Henrique Santiago (WWF-Brasil)**, **André Tomasi (IEB)** e **Ivaneide Cardozo (KANINDÉ)**. A intenção foi dividir este bloco de apresentações segundo duas escalas ou enfoques de governança, partindo de uma visão mais macro e regional (IDESAM e WWF-Brasil), até as experiências de gestão participativa e/ou integrada (IEB e KANINDÉ). Complementarmente, na tarde deste mesmo dia, a professora **Maria Madalena Cavalcante (UNIR)** fez a sua apresentação sobre as implicações e desafios socioambientais envolvendo grandes obras de infraestrutura regionais, elementos chave do projeto GIA e parte integrante das agendas de muitas das organizações que participaram da oficina.

Para concluir, no terceiro e último dia da oficina foram realizadas mais três apresentações, abordando duas questões fundamentais para o fortalecimento dos processos de governança destes territórios. Primeiro, o apoio às cadeias produtivas rurais e florestais sustentáveis, tomando como exemplo o pioneiro trabalho desenvolvido pelo **Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM)**, apresentado por **Nadiele Pacheco**, engenheira florestal e chefe do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Florestal (DATEF) do IDAM. Segundo, como aumentar a participação e inclusão social com enfoque de Gênero nos processos de tomada de decisão destes territórios e áreas protegidas, envolvendo duas apresentações baseadas nas experiências da professora **Maria das Graças Silva (UNIR)** e **Lídia Antty**, diretora da **Organización Comunal de la Mujer Amazónica (OCMA)**.

Transversalmente a todas as apresentações e integrada às demais atividades da oficina, conforme mencionado no fluxo da agenda do evento, começou-se também na manhã do primeiro dia a construção de uma Linha do Tempo participativa com o objetivo de apoiar a reflexão coletiva e individual sobre os momentos históricos e fatores (positivos e negativos) que influenciaram e/ou influenciam a região escopo do projeto ao Sul do Amazonas - Norte de Rondônia. Mais detalhes sobre esta linha do tempo podem ser verificados na próxima seção deste relatório.

Além da construção da linha do tempo, a facilitadora gráfica Karla Dilascio realizou painéis gráficos com uma síntese do que foi compartilhado sobre estratégias e ferramentas, efeitos de grandes obras, extensão rural e participação e inclusão social (Figuras 7, 8 e 9).







Figura 9 – Painel sobre as apresentações de Nadiele Pacheco (IDAM), Maria das Graças Silva (UNIR) e Lidia Antty (OCMA-Bolivia).

## 1. GEOGRAFIA DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS AGRÁRIAS AO NORTE DE RONDÔNIA



**Ricardo Gilson da Costa Silva (PhD) - Universidade Federal de Rondônia (UNIR)**

Ricardo é professor do Departamento de Geografia (DGEO) da Universidade Federal de Rondônia. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutor em Ciências Humanas e Sociais pela Universidad de Buenos Aires (UBA). Desenvolve pesquisas nas áreas temáticas: Gestão e Dinâmica Territorial; Globalização e Políticas Públicas Territoriais; Geografia Agrária e Regional.

### RESUMO

A apresentação se baseia na premissa de que existe um hiato entre a sociedade, estado e políticas públicas quando se trata de governança territorial em Rondônia. A população de Rondônia é formada por



migrantes - principalmente oriundos do sul do país - que tem visão econômica de exploração e mercantilização da natureza. Nesta sociedade com características predominantemente rural, os madeireiros, fazendeiros e grileiros têm um papel fundamental na economia. De certo modo, parcelas importantes da sociedade rural em RO não tem nenhum constrangimento com o crime ambiental. Quando a soja entrou no sul de Rondônia a partir de 1997, a pecuária passou a buscar novas áreas ao norte do estado e em outros nos estados vizinhos como o sul do Amazonas e Acre. Esse processo foi realizado com apoio e/ou omissão do Estado. A criação de Áreas Protegidas na região foi uma resposta ao avanço dessas forças econômicas.

Atualmente (2019), o retrocesso nas políticas ambientais é liderado pelo Estado. Grilagem de terras hoje se dá em terras públicas demarcadas, como UCs e TIs. Há uma economia da terra em grande escala, que visa incorporar essas terras ao setor agropecuário. Por exemplo, a TI Karipuna, uma área em que o agronegócio está realizando 'laboratório' para a invasão e ocupação. Funcionando esta tentativa, o modelo pode ser replicado em outras áreas. Existe uma disputa também pelo subsolo (para mineração) – incluindo áreas de TIs, UCs e PAs. Todos esses avanços do capital e da sociedade rural acaba por gerar muitos conflitos. Soma-se a isso, conflitos oriundos do narcotráfico, pois aeroportos e estradas da região são rotas atuais de escoamento de produtos ilícitos, como exemplos a Bolívia e o Peru. Neste cenário, estratégias de ordenamento territorial como o ZEE poderiam ser consideradas uma fonte de contenção do processo de expansão do agronegócio ([clique aqui para a apresentação](#))

## 2. HISTÓRICO E DESAFIOS PARA A GOVERNANÇA DE ÁREAS PROTEGIDAS E CONSERVAÇÃO DA SÓCIO-BIODIVERSIDADE NO SUL DO AMAZONAS.

### **Henrique dos Santos Pereira (PhD) - Universidade Federal do Amazonas (UFAM)**



Henrique é professor titular da Faculdade de Ciências Agrárias e do Centro de Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Amazonas. Agrônomo pela UFAM, mestre em Ecologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e doutor em Ecologia pela Universidade Estadual da Pennsylvania, coordena o programa de pós-graduação em ciências do ambiente e sustentabilidade na Amazônia (PPG-Casa), com foco de pesquisa em comunidades ribeirinhas, manejo de recursos naturais, extrativismo e políticas de gestão ambiental.

### RESUMO

O histórico de licenciamento da BR 319 foi iniciado em 2005, porém houve problemas de sobreposição e duplo licenciamento ambiental da obra, pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). Em 2006, após criar a Área sob Limitação Administrativa Provisória (ALAP) com total de 15,34 milhões de hectares, ocorreu a criação de



várias unidades de conservação (UC), Terras Indígenas (TI) e projetos de assentamentos (PAs). Quase todos os 9,1 milhões de hectares não destinados dentro da ALAP foram convertidos em alguma categoria fundiária. O Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL) destacou-se no reconhecimento e demarcação de TIs.

De 2007 a 2008, estudos e diagnósticos da UFAM identificaram 147 famílias em 4050 Km<sup>2</sup>, bem como sobreposição de áreas protegidas, como UC estaduais e federais, que resultam em problemas de governança no entorno da BR 319. Em 2009, o IBAMA não aprova o EIA-RIMA, e exige do DNIT complementação dos estudos. Nesse mesmo ano, o DNIT repassa R\$ 11 milhões ao governo do Amazonas, para elaborar planos de gestão (PG) de 11 UC estaduais como parte das exigências do EIA-RIMA. Em 2011, um convênio do governo estadual permitiu a UFAM elaborar tais PG, que resultaram em publicação do livro de UC do Amazonas no interflúvio Purus-Madeira; delimitação e inovação de uma zona especial de uso indígena no Parque Estadual Matupiri; proposta de aperfeiçoamento do processo de criação de conselhos gestores em UC estaduais; informações que subsidiaram a criação do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) da sub-região do Purus, o qual está a espera da homologação presidencial. Como preocupações, não há valorização das comunidades locais ali residentes e violência é contínua na região. Há o avanço do desmatamento, da pecuária e da extração ilegal de madeira que atinge o norte de Rondônia e os municípios do sul do Amazonas, incluindo Lábrea, município que mais desmata no estado do Amazonas. Por parte do governo, adota-se o discurso de que as ONGs são inimigas, sem considerar o papel chave que as mesmas cumprem com suporte, colaboração e gestão dos territórios na Amazônia ([clique aqui para a apresentação](#)).

### 3. GOVERNANÇA NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DA RODOVIA BR-319.



**Fernanda Almeida Meirelles (MSc) - Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM)**

Fernanda é Coordenadora de Políticas Públicas do IDESAM, ecóloga pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e mestre em Ecologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

#### RESUMO

Após 30 anos a rodovia BR-319 - conectando as cidades de Manaus (AM) e Porto Velho (RO) - volta a pauta nacional. Construída nos anos 70 pelo então governo militar brasileiro e declarada intrafegável em 1988, a partir de 2006 o Ministério de Transportes inicia um novo processo para a sua repavimentação e reabertura. Desde então, a sua reconstrução tem sido prometida por diversos políticos amazonenses, porém esbarrando sempre na falta de adequados estudos (EIA/Rima) para embasar o processo de licenciamento ambiental. Neste mesmo ano, um decreto federal estabelece a Alap (Área de Limitação Administrativa Provisória), e após várias recomendações feitas por um grupo de trabalho multi-institucional, diversas Unidades de Conservação são criadas no entorno da rodovia.





Com o objetivo de levantar informações e embasar um melhor entendimento sobre o contexto socioambiental da região de influência da BR-319, promovendo uma maior participação social e alimentando um debate mais qualificado sobre os impactos (existentes ou potenciais) de sua repavimentação e abertura, o IDESAM inicia em 2016 uma série de estudos técnico-científicos que culminam em 2018 na publicação de três documentos: 1) Análise Ambiental e Socioeconômica dos Municípios sob influência da Rodovia BR-319; 2) Análise da Implementação de Unidades de Conservação sob Influência da Rodovia BR-319; e 3) BR-319 como propulsora de desmatamento: Simulando o impacto da rodovia Manaus-Porto Velho.

Estes documentos são peças fundamentais para fomentar a discussão sobre governança na região e ressaltar a importância da participação social em projetos de infraestrutura na Amazônia. A partir de ações de engajamento do terceiro setor, cria-se o Observatório BR-319, que traz informações como monitoramento do desmatamento, situação fundiária, obras e projetos de infraestrutura, além de programas e políticas para a sua região de influência – a qual abarca um total de 13 municípios: Manaus, Careiro da Várzea, Careiro, Manaquiri, Beruri, Borba, Manicoré, Tapauá, Canutama, Humaitá, Autazes e Lábrea (AM), e Porto Velho (RO). Estas e outras informações, incluindo mapas interativos, uma linha do tempo, e boletins informativos podem ser encontradas na plataforma digital [OBSERVATÓRIO BR-319](#).

Contudo, diversos desafios ainda dificultam uma maior transparência e eficiência de governança na região de influência da rodovia, entre eles: o avanço e aumento do desmatamento; o planejamento de outras estradas para a região; a fragilidade de atuação do poder público; a especulação e grilagem de terras; a ampliação das fazendas de gado; a flexibilização do processo de licenciamento em curso; a falta de espaços de diálogo entre diferentes atores das ONGs do Amazonas e outros movimentos sociais ([clique aqui para a apresentação](#)).

#### 4. ALIANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SUL DO AMAZONAS.

##### **Ricardo de Assis Mello (MSc) e Henrique Santiago Alberto Carlos (MSc) – WWF-Brasil**



Ricardo é Gerente do Programa Amazônia da WWF-Brasil e possui vasta experiência na Amazônia conduzindo diversos projetos de gestão comunitária (como com os seringueiros e o manejo da castanheira na RESEX Chico Mendes, Acre), agricultura familiar, pagamentos por serviços ambientais, entre outros. Agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa, é mestre em Recursos Naturais e Meio Ambiente pela Universidade da Flórida.



Henrique é Analista de Conservação Sênior do Programa Amazônia da WWF-Brasil, sendo mestre em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre pela Universidade Federal de Minas Gerais.





## RESUMO

A WWF-Brasil e parceiros deram os primeiros passos para a formação da Aliança para o Desenvolvimento Sustentável do Sul do Amazonas (Aliança) a partir de meados de 2017, consolidando-a em Julho do ano seguinte, durante um encontro no município de Humaitá. A Aliança tem como base os 6 princípios de referência para a construção de territórios sustentáveis, conforme destacado por Denier *et al.* (2015)<sup>2</sup>: I) Definir um território com oportunidades de sinergia multitemática, como alternativa à abordar o território por um problema comum; II) Estabelecer uma plataforma multi-atores; III) Construir uma estratégia comum; IV) Estabelecer planejamento colaborativo; V) Implementação efetiva e VI) Monitoramento, aprendizagem e ajuste.

A Aliança abrange os 9 municípios da porção sul do Amazonas<sup>3</sup> (Apuí, Boca do Acre, Canutama, Humaitá, Lábrea, Manicoré, Maués, Novo Aripuanã e Tapauá), uma região estratégica para a conservação da sócio-biodiversidade e contenção do avanço do desmatamento. A Aliança representa uma instância de diálogo e discussão entre atores dos setores público, privado e da sociedade civil, e foi pensada para promover o desenvolvimento sustentável da região, conciliado a ocupação e o uso do solo com a necessidade de geração de renda e a melhoria da qualidade de vida das populações locais com a conservação ambiental. De caráter voluntário, a Aliança funciona como um espaço onde diferentes atores sociais podem trocar experiências, desenvolver ações conjuntas, encaminhar demandas comuns, promover conciliações e aumentar sua representatividade junto aos centros de decisão.

A estrutura organizacional da Aliança está composta por uma secretaria executiva, um núcleo gestor e seis grupos de trabalho (GTs): GT1 – Ordenamento territorial, regularização fundiária e ambiental; GT2 – Produção: agropecuária, pesca e aquicultura; GT3 – Florestal (madeireiro e não-madeireiro); GT4 – Turismo; GT5 – Infraestrutura; e GT6 – Mineração. Dentre as suas principais estratégias e ferramentas de governança, destacam-se: o uso de narrativas de desenvolvimento econômico de base sustentável através de um fórum de sinergias e conciliação; o envolvimento local de múltiplos atores que representam governos municipais, estadual e federal), a iniciativa privada, os movimentos sociais e ONGs; a reivindicação de espaços de participação cidadã; e a vinculação com oportunidades de projetos e políticas públicas.

Apesar de recente, e levando em consideração a sua magnitude e complexidade, a Aliança já apresenta importantes avanços e resultados, representados através de I) sua ampla rede de parceiros (10 municípios envolvidos, com 32 adesões formais e significativa capilaridade local); II) 4 GTs em funcionamento e dois projetos (energia sustentável e instrumentos municipais) paralelos em articulação; III) crescente reconhecimento local e regional; IV) e a formação de um grupo de mulheres atuantes em questões de gênero e igualdade social.

Algumas lições aprendidas e desafios para a sua efetiva implementação foram elencados, entre os quais: uma estrutura de governança simples (voluntária e com grupos de trabalho descentralizados e autônomos) é fundamental para o seu bom funcionamento; sendo muito importante a capacitação e

---

<sup>2</sup> The Little Sustainable Landscapes Book, disponível no site [Global Canopy Programme](#).

<sup>3</sup> Para mais informação, acesse a publicação [Perfil socioeconômico e ambiental do sul do estado do Amazonas: subsídios para análise da paisagem](#).



empoderamento para debates qualificados; a construção coletiva de uma agenda estratégica voltada à oportunidades concretas de melhoria de qualidade de vida e conservação ambiental, e alinhadas com as políticas públicas regionais; a facilitação de espaços de participação; o desafio da complexidade logística na região, seus altos custos de operacionalização, a sua permanência e quórum, fragilizados pela instabilidade política regional (exemplo: próximas eleições municipais). Além desses, outros desafios incluem uma maior aproximação com a academia, uma maior mobilização para a participação indígena e da iniciativa privada e o fortalecimento da interação com as prefeituras ([clique aqui para a apresentação](#)).

## 5. GESTÃO INTEGRADA DE TERRAS INDÍGENAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO SUL DO ESTADO DO AMAZONAS.



### **André Segura Tomasi (Analista Socioambiental II) – Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)**

André é assessor do Programa ORDAN do IEB, geógrafo formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e é atualmente mestrando no programa de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pela Universidade de Brasília (UnB). Experiência com temáticas ligadas à povos e populações tradicionais, agricultores familiares e indígenas nos estados do Acre, Pará e Amazonas. Atualmente, está envolvido com as temáticas de Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Ambiental, Direitos Territoriais e Cadeias de Valor da Sócio-biodiversidade.

### RESUMO

A apresentação destacou a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI) e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como instrumentos legais fundamentais para a gestão territorial e ambiental de áreas protegidas (TIs e UCs). A PNGATI (2012) é uma política pública baseada no protagonismo dos povos indígenas na gestão territorial de suas TIs. Além da PNGATI, outro instrumento chave, e que diz respeito a incidência de obras de infraestrutura em territórios indígenas, são os Estudos do Componente Indígena (ECI), ligados ao processo de licenciamento das obras, especificamente ao EIA-RIMA, que por sua vez antecede a Licença de Instalação (LI). Além do ECI, o Brasil é signatário da Convenção 169 da OIT, que faculta o direito livre, prévio e informado às populações indígenas impactadas por grandes obras de infraestrutura - até o momento, o governo brasileiro nunca aplicou a Convenção 169 em nenhum processo de consulta às populações indígenas ou extrativistas afetadas por grandes empreendimentos ou projetos de desenvolvimento.

A região do Sul do Amazonas é composta por várias UCs e TIs reconhecidas, e também aquelas em estudo e/ou reivindicadas. A apresentação retrata o processo de formação em PNGATI, um programa continuado

de formação em Gestão Territorial de Terras Indígenas na região. Este processo formativo incluiu o Curso Gestão Integrada para lideranças indígenas, extrativistas, e gestores da FUNAI e ICMBio nos anos 2015 e 2016; a produção de mapas de ameaças nos TIs e UCs; e a elaboração participativa de um Plano de Gestão Integrada. Nesse contexto, destaca-se o Plano de Gestão Integrada, resultado de um intenso diálogo elaborado coletivamente por lideranças indígenas, extrativistas, e gestores públicos de 4 municípios, (Humaitá, Boca do Acre, Pauini e Lábrea). Participaram desta elaboração 8 associações indígenas, 7 associações extrativistas, 3 Coordenações Regionais da FUNAI e 1 do ICMBio. O plano é composto por 39 ações que contribuem para 6 objetivos estratégicos concentrados nos temas capacitação, diálogo, gestão integrada e uso compartilhado, estratégias de vigilância, fortalecimento de atividades econômicas e cadeias de valor, e fiscalização e controle do território. Entre 2017 e 2019 o plano foi implementado com objetivo de contribuir para a implementação do [Plano de ação de gestão integrada de terras indígenas e unidades de conservação no sul do Amazonas](#), focado na criação de espaços de governança e de participação, apoio às ações locais de gestão integrada envolvendo comunidades indígenas e agroextrativistas e a realização e apoio a eventos formativos e de governança.

Em sua apresentação, destaca os projetos que ameaçam a região, dentre os quais destacam-se: as UHEs de Santo Antônio e Jirau, a pavimentação da BR 319; a construção do porto graneleiro; a hidrovia do Rio Madeira, e as UHEs de Inferninho, Tabajara, Prainha, Samaúma, e Cachoeira Galinha. Fazendo uma reflexão dos processos anteriores, destaca-se a importância da disponibilidade de informação e esclarecimento antes da implementação da obra, sendo necessário o monitoramento contínuo para cada passo do processo de licenciamento, a elaboração de protocolos de consulta indígenas e extrativistas, e uma pressão nos órgãos empreendedores federais (ANEEL e DNIT). A apresentação conclui com um resumo do programa, os parceiros, e números de famílias, UCs, TIs, e área regularizadas pelo Programa ORDAM e os desafios enfrentados, dentre os quais, destaca-se o difícil contexto político atual, as alterações de políticas públicas, e o enfraquecimento dos órgãos de gestão ambiental e territorial no país ([clique aqui para a apresentação](#)).

## 6. DIREITOS TERRITORIAIS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM SITUAÇÃO DE CONFLITO.



### **Ivaneide Bandeira Cardozo – Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé (KANINDÉ)**

Ivaneide (Neidinha) é indigenista, mestre em Desenvolvimento Regional e doutoranda em Geografia pela UNIR. É fundadora, diretora e pesquisadora da KANINDÉ desde 1992. Possui experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente com a temática de gestão territorial-ambiental em terras indígenas.



## RESUMO

Dentre os acontecimentos históricos apresentados das décadas de 1990 e 2000, destaca-se em 1992, no contexto da Rio 92, a criação da Aliança dos Povos da Floresta que integra uma agenda de demandas de indígenas e povos extrativistas e da floresta. Concomitantemente aponta a criação do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), cujo objetivo foi apoiar a conservação e o desenvolvimento dos recursos naturais do estado.

De forma oposta, como momento a não se repetir, relata a tragédia do massacre de Corumbiara em 1995, onde pistoleiros e militares com os rostos cobertos, atacaram um acampamento de agricultores. Houve 11 mortes, sendo 9 agricultores sem terra e 2 policiais, o número de vítimas feridas estima-se que passe de 100 agricultores, já que não houve uma contagem oficial e muitos fugiram com medo de serem mortos. No mesmo ano, destaca-se a luta do movimento socioambiental em fazer os primeiros contatos com indígenas dos povos Akunt'su no rio Omere, e também reverter processos avançados junto ao Banco Mundial, que financiaria projetos de infraestrutura dentro de TIs, através de PLANAFLORO. Ressaltou-se o consórcio realizado em conjunto com WWF e Amazoniar, que objetivava a capacitação e aproximação de lideranças na região.

Desta perspectiva histórica, a apresentação destaca a importância de se pensar em estratégias para convencer representantes do governo sobre a realidade local. No caso de conflitos onde se tem visões opostas de desenvolvimento (entre extrativistas, agricultores, indígenas, por exemplo), a importância de se fomentar o debate/diálogo em espaços públicos é uma estratégia para dissolução destes conflitos. Boa parte da estratégia de sucesso faz parte da melhoria de debate ou participação em política pública, e o cenário atual influencia estas estratégias. Esses espaços têm diminuído em relação ao PNGATI e o ICMBIO, as pessoas têm medo e não falam, isso muda o relacionamento das pessoas com os órgãos. Este momento atual é um momento crítico, um dos piores, inclusive com ameaças de morte (entre comunitários e ativistas), retaliação contra animais domésticos, invasões, etc. A estratégia envolve um GT (indígenas, KANINDÉ, Funai, ICMBIO, IBAMA, SESDEC, CENSIPAM, SEDAM, MPF) para fazer planejamento e ações voltadas a proteção das áreas e divulgar na mídia o que acontece, além de ações movidas na justiça (via Ministério Público Federal).

Outro desafio que apresenta é o de atuar em conjunto em todas as frentes e ocupar ao máximo todos os espaços. Neste sentido, parcerias, inclusive com prefeituras que defendem os povos indígenas, é fundamental. O que podemos aprender com este conjunto de estratégias? Como podemos tirar lições aprendidas, o que está e o que não está funcionando? No cenário atual, não é possível ver um plano claro, somente o plano de redução de direitos humanos e territoriais (licenciamento, mineração) em favor do capital. A estratégia do governo atual é enfraquecer todos os mecanismos de controle social e ambiental (reduzir conselhos, etc.), enfraquecer a sociedade civil e as minorias pelas quais elas lutam. Um dos marcos ambientais mais importantes em disputa hoje está o licenciamento ambiental ([clique aqui para a apresentação](#)).





## 7. GRANDES OBRAS DE INFRAESTRUTURA REGIONAIS: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS.



### **Maria Madalena de Aguiar Cavalcante (PhD) – Universidade Federal de Rondônia (UNIR)**

Maria Madalena é Geógrafa, especialista em Gestão Ambiental, mestre em Geografia pela UNIR e doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. É líder do Grupo de Pesquisa em Geografia e Ordenamento do Território na Amazônia GOT-Amazônia.

### RESUMO

A região Amazônica tem o maior potencial hidrelétrico e hidroviário do país. Com o PAC houve a concretização e expansão de projetos hidrelétricos na Região Norte. Tal intensificação tem chamado a atenção a relação desses empreendimentos em conexões com os setores industrial e do agronegócio, hidrovias, áreas de mineração entre outras. A depender da escala de análise geográfica, tais infraestrutura pode revelar diferentes impactos. Enquanto numa escala nacional e internacional a geração de energia contribui para autossuficiência energética nacional, ao analisar a escala local é desvelado os impactos negativos.

Estudos já realizados pelo RADAM-Brasil apontava fragilidades do ambiente amazônico não só em áreas de usinas hidrelétricas como também em rodovias, como é o caso da BR 319 e outras, que são sensíveis as alterações no uso e cobertura da terra. No caso das hidrelétricas, mesmo com mudanças em tecnologia atuais, que diferem das usinas implantadas na década de 80, a conhecidas pelo sistema a fio d'água, permitiram um menor impacto em área alagada, não diminui ou anula os efeitos ambientais.

Na análise da geografia e ordenamento do território é necessário trabalhar a dimensão temporal e espacial de obras em três etapas para efeito de planejamento. A primeira é a especulativa, que está relacionada a expectativa da obra antes da construção, ampliação do contingente populacional que qualquer obra de infraestrutura que envolve a mão de obra pode causar e seus efeitos como a especulação imobiliária entre outras. A segunda é a imediata, que deve ser analisada no momento que ocorre a construção, ou seja, todos os efeitos reais e concretos. A terceira é a processual, que são os impactos pós obra, que podem até ter efeitos contínuos. Como exemplo, a vila construída após a UHE Jirau, a Vila Nova de Teotônio, impôs a seus moradores a troca de atividade produtiva de pesca para a agricultura de terra firme. O cenário pós hidrelétrica, tornou a atividade de pesca mais cara e em alguns casos, impossível de realizar.

O turismo também foi impactado, já que as cachoeiras, e outras áreas antes utilizadas foram impactadas, suprimidas, ou destruídas ambientalmente. O cenário na vila é de readaptação, porém com enormes custos sociais aos seus residentes. Em Rondônia, o setor hidrelétrico possui quatro (04) UHE, 18 PCH, e 13 CGH. Os projetos pensados, como as hidrovias impactam regiões limítrofes e fronteiriças, como o Madeira e Mamoré, onde estão TIs e UCs. Diante desse cenário, a criação do grupo de pesquisa se propõe



analisar essa realidade, integrando-se as redes, GT, e outras formas de colaboração, como saídas para discutir e trabalhar esses temas, tão relevantes para os povos amazônicos ([clique aqui para a apresentação](#)).

## 8. IDAM - ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO AMAZONAS.



### **Nadiele Pereira Pacheco – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM)**

Nadiele é engenheira de segurança do trabalho (Universidade Estadual do Amazonas), engenheira Florestal e Mestre em Ciências Florestais (Universidade Federal do Amazonas). Atualmente é Chefe do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Florestal (DATEF) do IDAM.

### RESUMO

O IDAM, uma autarquia estadual desde 1996, tem como objetivo prestar serviços de assistência técnica e extensão rural no Estado do Amazonas. Há uma priorização na agricultura familiar. Sendo as diretrizes guiadas pela promoção rural sustentável do estado, dando visibilidade mercadológica aos produtos da sócio-biodiversidade. As principais cadeias produtivas estão sob 21 projetos prioritários, seguindo critérios de produção e produtividade, infraestrutura de beneficiamento, condições efetivas de mercado, geração de emprego e renda, e qualidade de vida no meio rural. As culturas industriais são derivadas principalmente pelos produtos do guaraná, fruticultura (açai, abacaxi, banana, citrus, cupuaçu), grãos (feijão, milho e soja), produção animal (avicultura, pecuária, pesca, pescado), madeireiros e não madeireiros e a agroecologia. Em 4 anos os projetos receberão aporte de recursos de R\$ 411 milhões.

A produção florestal em pequena escala tem sido focada principalmente em madeiras e produtos não madeireiros (açai, piaçava, óleos vegetais, borracha natural, e castanha do Brasil) por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Adicionalmente, o IDAM passa a dar cursos e treinamentos de boas práticas de manejo, licenciamento ambiental das agroindústrias (por exemplo: castanha e movelaria), e acesso a mercados. Há todo um trabalho de simplificação e diferenciação, desoneração para os empreendedores, incluindo a ATER pública que segue todas as etapas do manejo florestal que vai desde planejamento até as etapas finais. Um conjunto de estratégias ainda guiam o trabalho, como a Política de Preço Mínimo com apoio da Conab e subsídio do Amazonas (R\$ 1,00). E ainda a adesão às políticas públicas, como por exemplo: PREME (Programa Merenda na Escola); PAA (Programa de Aquisição de Alimentos); Crédito rural (DAP - Declaração de Aptidão ao Produtor); Cartão do produtor rural; entre outras ([clique aqui para a apresentação](#)).



## 9. PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O FORTALECIMENTO DO TERRITÓRIO E ÁREAS PROTEGIDAS.



### **Maria das Graças Silva Nascimento Silva (PhD) – Universidade Federal de Rondônia (UNIR)**

Maria das Graças (Gracinha) é professora associada do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia. É doutora em Ciências Sócio-Ambientais e Desenvolvimento Sustentável pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e pós-doutora em Geografia Humana pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG -PR) nas áreas de Geografia e Gênero, com ênfase em Políticas Públicas para mulheres do campo, da floresta e das águas.

### RESUMO

Existem importantes conquistas e avanços recentes envolvendo as mulheres do campo no Brasil e no mundo, contudo, o cenário é ainda bastante problemático. No Brasil, por exemplo, são 15 milhões de mulheres rurais, mas existem poucos dados estatísticos sobre os seus trabalhos e vidas, e as políticas de reforma agrária são invisíveis para a questão de Gênero. Há uma deficiência de participação, debate e ocupação dos espaços públicos e políticos por parte das mulheres, nas agendas locais, e nos outros níveis.

Movimentos como a Marcha das Margaridas, o Encontro de Mulheres Ribeirinhas e a organização do Movimento de Mulheres Indígenas tem possibilitado dar voz às mulheres e empoderá-las para levar para frente as suas reivindicações. Também existem conquistas, como a titulação conjunta e a política de acesso à terra, e os PRONAFs (Programas Nacionais de Fortalecimento) Mulher e Jovem. Além da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) voltada às mulheres, mas que é ainda feita numa linguagem e formato masculino: a assistência técnica precisa “tirar a cegueira de Gênero”.

Como desafios para as mulheres do campo, da floresta e das águas tem-se: melhor qualificação da ATER; ampliar o PRONAF; fortalecer a capacidade de gestão dos recursos e participação das mulheres nas decisões produtivas e econômicas. E ainda, ampliar e qualificar a educação no meio rural como parte das ações voltadas a superação das desigualdades entre homens e mulheres ([clique aqui para a apresentação](#)).



## 10. PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL PARA O FORTALECIMENTO DO TERRITÓRIO E ÁREAS PROTEGIDAS.



### Lídia Antty – Organización Comunal Mujer Amazónica (OCMA/Bolívia)

Lídia é líder comunitária na região de Guayaramerín, Bolívia, bacia do Alto Rio Madeira. Luta pelo direito das comunidades indígenas, de terras e principalmente das mulheres na região Amazônica desde os anos 1980. Atualmente é diretora da Organización Comunal Mujer Amazónica, organização não governamental que foca no fortalecimento das capacidades das organizações de mulheres para o exercício de seus direitos.

### RESUMO

O movimento e as conquistas das mulheres é uma luta única das próprias mulheres, não é de nenhum partido, ou de qualquer governo ou instituição. Para entender a questão da participação feminina e das comunidades temos que falar de governança e suas dimensões/indicadores: jurídico-institucional, instâncias de tomada de decisão, mecanismos de participação, responsabilização e transparência, posse de terra e regime de propriedade, competências e necessidades de capacitação e sustentabilidade financeira.

Há muita ambição pela Amazônia e seus recursos naturais. As tomadas de decisões em relação as áreas protegidas são desiguais, onde os mais fortes tomam a decisão sem considerar as particularidades dos povos, suas demandas, suas culturas. Os significados dos valores da floresta não são traduzidos no papel das mulheres, que consideram as minúcias dos múltiplos usos das florestas. O acesso à terra e a propriedade também são desiguais.

Não há uma forma respeitosa de tomar decisões coletivas com os povos que vivem na região amazônica. Porém, não temos a inclusão das mulheres nas discussões para a tomada de decisões. Muitas vezes, as mulheres não são consideradas em seu território na tomada de decisões, descartando que elas, em muitas das vezes, conhecem mais que seus maridos. Há necessidade de transparência nas contas, gestão participativa e controle social, além de pensar sobre a sustentabilidade financeira dos projetos que são implementados nessas áreas.

Nós podemos concluir que os territórios e áreas protegidas são complementares, em alguns casos existem povos indígenas e outras comunidades camponesas que constroem uma governança a partir da própria realidade, onde tudo está inter-relacionado através de um processo de rearticulação de atores sociais, como os camponeses, indígenas, mulheres e os jovens. Isso, a partir de suas próprias conquistas anteriores e atuais que lhes permitem recuperar as próprias iniciativas sociais, econômicas, políticas e culturais, fortalecendo suas organizações para que alcancem melhores condições e oportunidades para serviços básicos, como saúde, educação, consolidando iniciativas econômicas comunitárias por meio de redes produtivas em suas terras comunais. Também destaco a necessidade de se rearticular uma política com novas propostas de renovação de liderança que permita consolidar as conquistas alcançadas e aprofundar a construção de uma sociedade mais democrática e solidária, com comunidades onde exista diversidade cultural, econômica, política e ideológica em cada povoado e cidadão ([clique aqui para a apresentação](#)).









Tabela 4 - Eventos reportados na linha do tempo durante a oficina.

Presidente	Ano	Evento	Detalhamento
Hermes da Fonseca	1912	EFMM	Ferrovia Madeira Mamoré tem 366 km ligando Porto Velho a Guajará Mirim, sendo responsável pelo estabelecimento dessa região.
Jânio Quadros / Médici	1960	BR-364	Rodovia federal de integração e facilitação do acesso ao centro oeste e ao norte do Brasil.
	1970	Projeto de Colonização	Centralização de ações para regularização fundiária
Ernesto Geisel	1976	BR-319	Rodovia federal ligando as capitais de Rondônia e Amazonas, sentido norte-sul
		BR-230	Rodovia Transamazônica
		PIN	Plano de Integração Nacional criado durante o regime militar em 1970, com o objetivo de desenvolver projetos de infraestrutura nas regiões norte e nordeste do Brasil.
João Figueiredo	1981	Pavimentação BR-364	Pavimentação da rodovia construída na década de 60, permitindo maior facilidade no tráfego no estado e acesso a outras regiões da Amazônia Meridional
		Resolução CONAMA 6938/81 EIA/RIMA	Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente sobre os estudos e relatório de impacto ambiental. O EIA/RIMA torna-se um estudo obrigatório para medir os impactos de grandes obras, para disciplinar impactos e mitigações ambientais em projetos de desenvolvimento.
	1983	POLONOROESTE	Programa Integrado da Região Noroeste. Teve US\$ 1.6 bilhões de dólares para pavimentação de estradas e reassentamentos de migrantes.
José Sarney	1988	Constituição Federal 1988	Torna-se um marco de garantias e direitos ambientais constitucionais, principalmente devido ao Art. 225
	1989	UHE Samuel	Usina Hidrelétrica localizada no estado de RO
		Desterritorialização de Comunidades Ribeirinhas	Retirada de pessoas, famílias e comunidades de suas áreas de origem por grandes obras de infraestrutura.
		Morte Chico Mendes	Assassinato da maior liderança ambiental conhecida internacionalmente, sem o devido clamor pela parte brasileira.
Collor/ Itamar	1990	Aliança dos Povos da Floresta	Coalizão ambiental entre grupos e movimentos da luta ambiental e pelos direitos dos povos da floresta.



Franco	1992	PLANAFLORO	O Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), aprovado em 1992, objetivava aperfeiçoar o manejo, conservação e desenvolvimento de recursos naturais para RO, conforme Zoneamento Socioeconômico e Ecológico (Dec. Estadual 3.782 - 14/06/88)
		Eco-92	Evento internacional ocorrido no Rio de Janeiro em 1992 com a definição de acordos ambientais internacionais para o Desenvolvimento sustentável.
Fernando Henrique Cardoso	1996	PPTAL	Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
		Grito da Terra	Movimento de pequenos agricultores pela luta da agricultura familiar e reforma agrária
	1997	Soja	Ampliação do cultivo de soja devido ao boom do mercado global de commodities
		Eixo de Integração Desenvolvimento / Agro -	Programa de Desenvolvimento e Integração de modais logísticos para produtos agrícolas
	2000	IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul. Mega projeto conduzido pela União das Nações da América do Sul (Unasur)
		SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
Lula	2002	ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
		Decreto Macrozoneamento	Macrozoneamento da Amazônia Legal criado
	2006	ALAP	Área de Limitação Provisória para adequação sócio ambiental no entorno da BR 319
		Assentamentos do INCRA	Expansão de áreas de assentamentos na Amazônia
		SFB	Serviço Florestal Brasileiro
		Lei de Gestão de Florestas Públicas - Lei 11284/06	
		PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
	2007	ICMBio	Criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
		Instituto Florestal	
		UHes Santo Antônio e Jirau	
	2008	Criação de UCs da	Ato legal em resposta a EIA/RIMA para a posterior

		BR-319	pavimentação da BR 319
		FLONA Jamari	Primeiros contratos de concessão florestal Floresta Nacional (FLONA) Jamari.
	<b>2010</b>	FUNAI	Reestruturação da Fundação Nacional do Índio
Dilma	<b>2011</b>	MAM	Mosaico da Amazônia Meridional criado
		Programa Terra Legal -	Programa federal que objetivou a regularização fundiária em terras públicas na Amazônia
		UHE Rondon II	
	<b>2012</b>	Novo Código Florestal	Lei Nº 12.651 (25/05/2012)
		PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
		Zoneamento Ecológico-Econômico do Purus	
	<b>2014</b>	Cheia Rio Madeira	Cheia que impactou comunidades as margens do rio Madeira, devido o impacto da construção das UHEs de Santo Antônio e Jirau
Temer	<b>2017</b>	Ampliação da área do programa Terra Legal	
Bolsonaro	<b>2019</b>	Deslocamento da fronteira	Avanço do desmatamento em áreas devolutas e demarcadas
	<b>2019</b>	Retrocesso ambiental	Alterações negativas pelo Estado Brasileiro no cenário de governança ambiental do país
	<b>2019</b>	Transferência das grandes propriedades para Norte	
	<b>2019</b>	Extinção de conselhos via Decreto presidencial	Decreto Nº 9759 (11/04/2019)



## FEIRA DE EXPERIÊNCIAS

A Feira de Experiências foi um espaço interativo-criativo-colaborativo para troca de experiências entre as organizações e instituições presentes (Figura 12). O objetivo foi dar voz a todas organizações e participantes para que pudessem compartilhar suas experiências na utilização de estratégias e ferramentas que incidam sobre a governança de áreas protegidas e em projetos de infraestrutura. Esse espaço permitiu ouvir a riqueza de experiências dos participantes, apreender a partir do saber adquirido pelos outros e criar conexões a partir de interesses e experiências em comum.

Cada organização apresentou, em uma exposição de 5 minutos, as estratégias-ferramentas utilizadas, conquistas e desafios, e lições aprendidas. As organizações também utilizaram o espaço de troca de saberes-experiências para divulgar materiais e produtos com os quais trabalham: publicações (livros, cartilhas, folhetos), pôsteres-banners, vídeos, fotos, mapas, artesanato, e produtos comestíveis e de medicina-cosméticos (ex. geleias, óleos vegetais).

De forma geral, foram apresentadas estratégias e ferramentas ligadas a:

- capacitação,
- fortalecimento de organizações locais (estruturação institucional e fortalecimento de lideranças),
- geração e divulgação de informações,
- ensino, pesquisa e extensão,
- assistência técnica rural (ATER),
- métodos participativos,
- projetos integrados, e
- assessoria ao Ministério Público.

Em termos de resultados, foi mencionado principalmente produtos (café, óleos, publicações, planos de gestão, etc), criação e fortalecimento de grupos e coletivos (observatório, associações, fóruns, Aliança, GTs), desenvolvimento, melhoria e regularização de práticas de manejos (florestal, pesca) e de cadeias produtivas (óleos, castanha, farinha), geração de informação (publicações, mapeamento), fortalecimento de lideranças.

Já em relação aos desafios, as organizações apresentaram questões como, projetos que necessitam ser trabalhados no longo prazo, canais de comunicação que envolva saberes tradicionais, contexto político desfavorável, falta de apoio dentro da estrutura de governança local, desenvolvimento econômico das comunidades, recursos financeiros limitados, dificuldade de conquistar espaços de participação, replicação de projetos, estratégias e ferramentas e necessidade de rede de colaboração.

Quanto às lições aprendidas, foram mencionados os aprendizados ligados à necessidade de mobilizar, envolver e permitir a apropriação dos atores locais nos projetos e ações de desenvolvimento territorial; não distanciar as lideranças das bases sociais; a importância de desenvolver parcerias, colaborações e trabalhos integrados e em rede; capacidade para navegar a questão de captação, execução de recursos e investimento em recursos humanos; ações diretas de enfrentamentos são também necessárias;





importância de geração, socialização e nivelamento de conhecimentos e informações; e criar espaços de diálogo participativos e com estrutura governança simplificada.

As tabelas contendo detalhadamente o material apresentado (estratégias-ferramentas, conquistas e desafios, e lições aprendidas) por cada organização estão incluídas no Anexo A (p. 47) deste relatório.



Figura 12 – Fotos da Feira de Experiências.





Após as apresentações de cada organização, a Feira de Experiências contou com um espaço aberto de diálogo em que os participantes tiveram um tempo para conversar diretamente entre si e visitar as mesas das organizações que apresentou algo anteriormente que chamou atenção e que despertou a vontade de dialogar mais.

Depois de finalizada a Feira, foi pedido para cada organização marcar no painel interativo “Nossa Rede” com quem conversou mais durante a Feira (Figura 13).

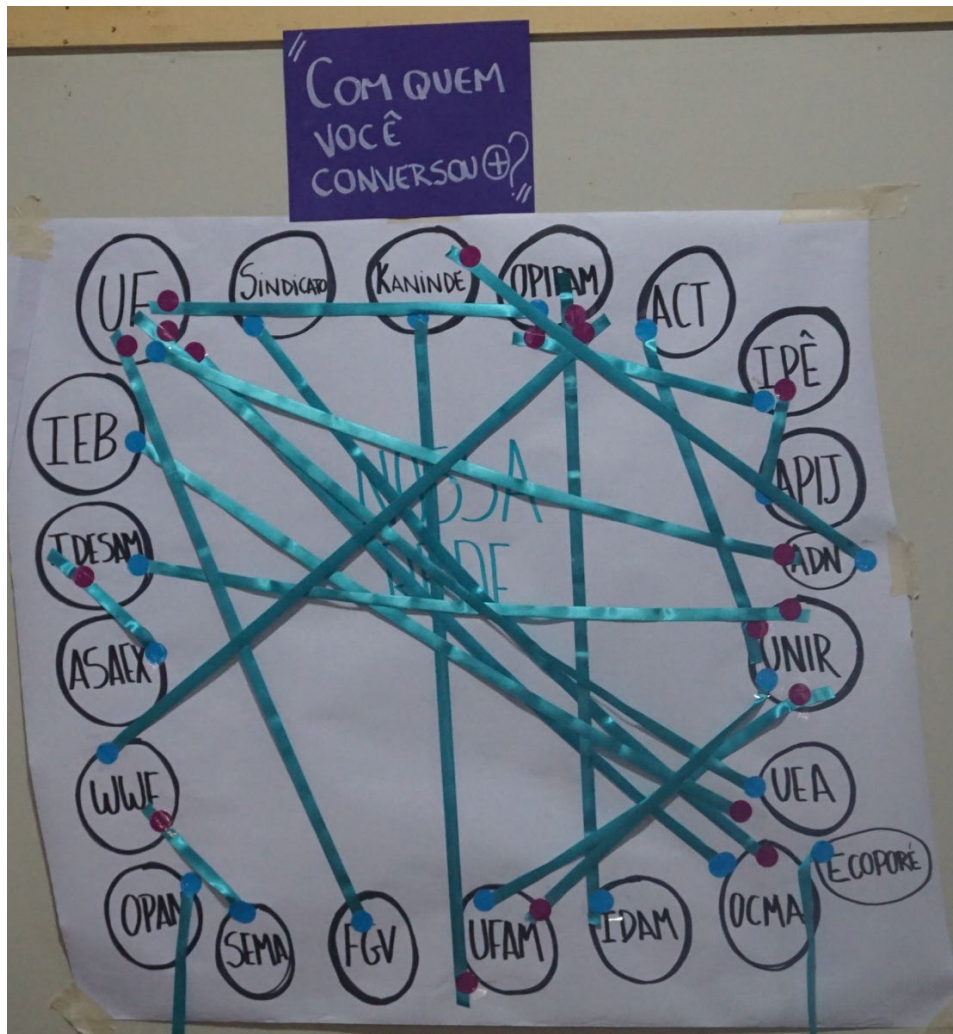


Figura 13 - Painel interativo “Nossa Rede” (bolinhas azul = quem marcou; bolinha vinho = quem recebeu a marcação)..



## MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

O objetivo do Mapeamento participativo foi proporcionar um espaço de diálogo e reflexão sobre a governança de áreas protegidas, territórios e obras de infraestrutura, facilitando a identificação e compreensão visual de projetos-ações, áreas de especial valor-interesse, preocupações e ações recomendadas por cada organização presente.

Participaram desta atividade 31 pessoas representando a 16 organizações (universidades, ONGs, governo e associações). Deste total, 8 atuaram como orientadores, facilitadores ou observadores (membros da equipe da UF e IEB), e 23 como representantes das organizações que trabalham na região do mosaico Sul do Amazonas - Norte de Rondônia - sendo 6 os representantes de organizações indígenas e/ou de base comunitária.

O mapeamento foi realizado durante a tarde do segundo dia da oficina (24/julho). O exercício foi dividido em três etapas ou momentos, conforme ilustrado abaixo (Figura 14). Para tanto, os participantes foram divididos aleatoriamente em 5 grupos de 4-5 pessoas, cada qual com um facilitador para explicar em detalhe as atividades e conduzir o trabalho. Para cada grupo se entregou: 2 mapas pequenos (A e B), 4 folhas “flip-chart” para as anotações das discussões e um pacote de canetas (de pontas finas) coloridas.

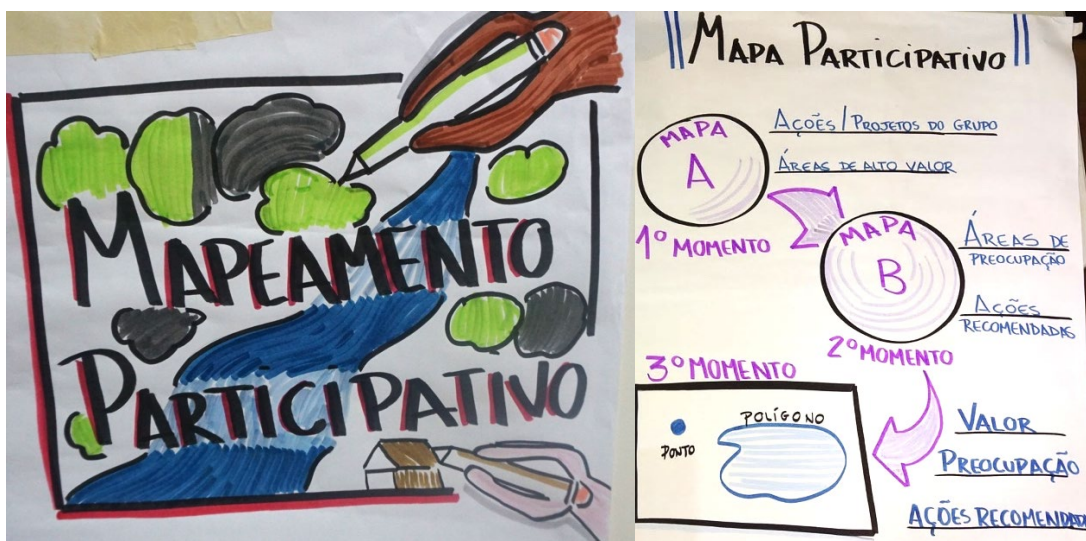


Figura 14 – Instruções do Mapeamento.

Primeiramente, cada participante em seus grupos identificou e marcou no **mapa A** (com pontos e/ou polígonos) **Ações** e **Projetos** do qual estivesse participando, e quais as **Áreas de valor especial** e **por quê** (e.g. cultural, espiritual, econômico, estético, biológico etc.). Numa segunda rodada, agora utilizando o **mapa B**, cada participante identificou (também com pontos e/ou polígonos) suas **preocupações** e **ações recomendadas** – ambas desenhadas nos mapas e anotadas em cada papel flip-chart. Ao final, cada grupo decidiu em eleger as principais áreas de preocupação e ações recomendadas que foram desenhadas em um mapa maior e apresentadas a todos (Figuras 15 e 16).





Figura 15 – Fotos dos trabalhos em grupo e planária do Mapeamento.

Os resultados detalhados do trabalho de cada grupo podem ser verificados no Anexo B (p.56) neste relatório. A seguir são apresentados os principais resultados e pontos discutidos durante a atividade.

Em relação à localização dos **projetos** e **ações** dos participantes, como era de se esperar, elas acontecem de forma esparsa por toda a área de abrangência do mosaico Sul do Amazonas - Norte de Rondônia, com destaque para os municípios de Boca do Acre, Lábrea, Manicoré, Humaitá, Apuí e Porto Velho. De forma geral, estas atividades visam contribuir ao desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis (incluindo a agricultura familiar), uma maior organização social e fortalecimento da gestão destes





territórios e áreas protegidas, bem como um melhor monitoramento e entendimento sobre os impactos de obras de infraestrutura e expansão agropecuária-mineral, sobretudo em Unidades de Conservação e Terras Indígenas. O valor atribuído às **áreas de interesse** foi socioambiental, cultural e espiritual, mas também produtivo e econômico. Entre estas áreas, foram citadas: TIs do bloco Madeira – Purus, Corredor Etnoambiental Kagwahiva, RDS Rio Amapá, FLONA de Humaitá, RESEX do Rio Ouro Preto, PARNAS Matinguari e Juruena, entre outras.

As **preocupações** dos participantes envolvem as principais ameaças aos ecossistemas naturais e às populações tradicionais e indígenas da região, e incluem os agricultores familiares. Essas ameaças são a expansão de estradas e da agropecuária na região, que envolvem a grilagem de terras, a extração madeireira e o garimpo ilegais, a pesca predatória, a invasão de UCs, TIs e outras forma de conflito e/ou violência. Também a preocupação com populações afetadas por barragens e inundações, e a falta de participação social nas políticas e ações do governo no território foram mencionadas.

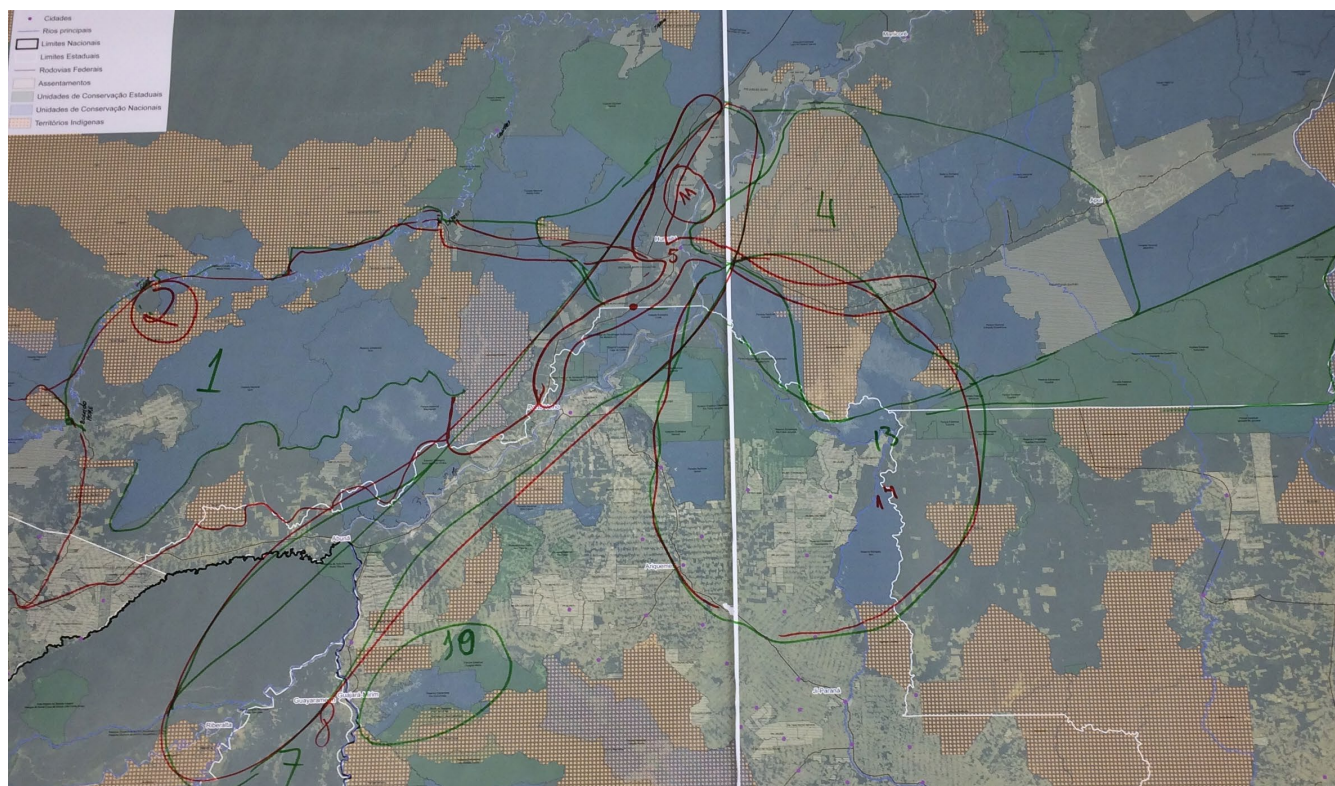


Figura 16 – Mapa Fino das principais áreas de valor e preocupação.

O mapa maior da apresentação em plenária mostrado acima tem em verde as áreas mais valorizadas e em vermelho as áreas de maior preocupação escolhidas por cada grupo. No mapa é possível notar a coincidência e sobreposição entre as áreas mais valorizadas e preocupantes, englobando de forma geral toda a **calha do rio Madeira**, desde **Guajará-Mirim (RO)** até a sede de **Manicoré (AM)**, e também os eixos da **BR-319** de Porto Velho até o trecho do meio, após a vila da Realidade, e a região da **BR-230** (Transamazônica), da vila do Matupi em Manicoré, até Lábrea. Outras regiões incluem: o corredor



indígena Kawahiva, as TIs de Lábrea e Boca do Acre, e a RESEX do Rio Ouro Preto. Também a região de impacto da UHE Tabajara foi foco de preocupação e interesse.

As **ações recomendadas** mais citadas foram de comando, controle e fiscalização, e o fortalecimento de cadeias produtivas, organizações e movimentos sociais e espaços de diálogo, que também refletem as ações de fortalecimento da governança, gestão territorial e regularização fundiária. Foi recorrente a necessidade de ter os governos e suas organizações mais presentes nos territórios, em especial atuando no controle agropecuário na fronteira entre os estados, mas também desempenhando um maior controle social nos EIA-RIMAs.

Por fim, vale mencionar que este mapeamento serviu como importante exercício de reflexão coletiva, e de forma alguma pretendeu identificar precisamente todos os projetos-ações, áreas de especial valor-interesse, preocupações e ações recomendadas por cada organização presente. De qualquer forma, esperamos utilizar as informações aqui coletadas e discutidas como material de consulta e apoio para a formação desta Comunidade.



## JUNTANDO AS PARTES

Na última sessão da Oficina, o objetivo foi juntar as diferentes partes do que foi compartilhado e construído até então para poder pensar os **próximos passos** da **Comunidade de Prática e Aprendizagem**. Para isso, foi feito um "passeio pela sala", em que os participantes caminharam e pararam para observar e discutir os materiais produzidos e painéis gráficos, que estavam dispostos pelas paredes da sala. Foram resgatados **1) Linha do tempo** e **2) Mapeamento** que deram um panorama sobre a história e situação atual do território (Sul do Amazonas - Norte de Rondônia); **3) Apresentações** que trouxeram elementos importantes de análise sobre as dinâmicas territoriais e desafios de governança, além de detalharem estudos e ações práticas que vem sendo realizadas, no sentido de fortalecimento da governança, participação e inclusão social e desenvolvimento sustentável da região; e da **4) Feira de experiências** que permitiu aprendermos uns com os outros sobre ferramentas e estratégias que vem sendo utilizadas pelas diferentes organizações.

Com isso, caminhamos para formação de **grupos de trabalhos** que discutiram sobre **governança, eficácia e comunidade de prática e aprendizagem**, seguida por uma atividade de construção do **conceito coletivo de comunidade de prática e aprendizagem**. E por fim, fizemos um **diálogo final** buscando dar alguns encaminhamentos. Cada um desses três momentos está relatados abaixo.

### GRUPOS DE TRABALHO – PERGUNTAS NORTEADORAS

Os participantes foram divididos nos três grupos de trabalho para buscar sintetizar respostas as perguntas norteadoras da oficina. Após a discussão em pequenos grupos, foi compartilhado em plenária o conteúdo discutido por cada grupo (Tabelas 5, 6 e 7).

#### **GRUPO 1. GOVERNANÇA**

Participantes: Bob, Gabriel, Ricardo Gilson, André, Henrique (WWF), Nilcelio, Fabiana, Adelson, Fidel, Misselene.

*Tabela 5 – Conteúdo apresentado pelo Grupo 1.*

#### **FATORES QUE GERARAM / GERAM MUDANÇA**

- Numa época (2000-2016), a Sociedade Civil teve um papel importante na elaboração de políticas, como o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. Desde 2016 – enfraquecimento dos Conselhos. Mas temos que reconhecer que, DE FATO, decisões foram feitos por grupos políticos no poder, mesmo quando a sociedade teve voz nos conselhos.
- Antes a base ao menos era ouvida. Agora (desce 2016) somos excluídas da discussão / pauta.





- Economias extrativas ganharam força: mineração, madeira, agropecuária e grilagem de terras (grileiros / madeireiros cooptando até as bases / lideranças comunitárias e indígenas).
- Importância da participação da Sociedade Civil (p. ex. Parou gasoduto Coari-Porto Velho)
- Conjunturas – Ideologias de Desenvolvimento:
  - No governo Lula – barragens.
  - Atual – agronegócio
  - Amazonas – “experimento” com soja
- Leis agrárias, ambientais “boas” – mas não são integradas e são frágeis.
  - Revés da estrutura jurídica de legislação ambiental e indígena
  - Tendência atual de “flexibilizar licenciamento”
- Disputa política e econômica pela “Terra Pública” - visto como “conservadora”
  - Loteamento e mineração em TIs e APs
  - Violência institucionalizada contra indígenas e tradicionais.
- Mudança da base religiosa (Católica para Evangélica)
- Sociedade Civil (social, ambiental, religiosa) – em Disputa (Mediação): Conservador x Esquerda

#### ESTRATÉGIAS:

- Mobilização social
- Movimento anticorrupção
- Apoiar com informação (Ministério Público Federal - MPF)

#### DECISÕES TOMADAS POR QUEM?

- Ruralistas. Militares. Evangélicos.
- Governo Federal – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Foco do MAPA em gestão do território. EMBRAPA.
- Ministério da Infraestrutura, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Ministério de Minas e Energia (MME).
- Bancada Ruralista
- Empresa JBS - ligado a políticos cooptados. Cargill, Bunge.

#### COMENTÁRIOS:

- ONGs devem capacitar e se capacitarem mais em incidência política (advocacy), aprender a fazer incidência política e subsidiar debates com efetividade.
- Messianismo do agronegócio – populações rurais apenas utilizando pacotes tecnológicos (sem usar agroecologia, sementes crioulas, etc.)
- Humaitá é ponto central: fica no cruzamento entre BR-319 e BR-230.







## GRUPO 2. EFICÁCIA

Participantes: Felipe, Ney, Sinomar, Ricardo (WWF), Angela e Nadiele.

Tabela 6 – Conteúdo apresentado pelo Grupo 2.

<p><b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Compilar e publicizar informação (&gt;Observatório BR-319)</li> <li>● Formação de redes. (&gt; Aliança / GIA / FOPES)</li> <li>● Fortalecimento de organizações de base (&gt; cursos de formação de agentes ambientais, gestão de projetos).</li> <li>● Controle e participação social (Denúncias / Transparência, Judicialização, consultas e audiências).</li> </ul>	<p><b>LIÇÕES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Participação social como premissa.</li> <li>● Comunicação estratégica.</li> <li>● Formação e envolvimento de forma contínua.</li> <li>● Criar e manter espaços de tomada de decisão.</li> </ul>
<p><b>O QUE ESTÁ FUNCIONANDO?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Formação / capacitação e treinamento. (Escalonar tempo / espaço). <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Redes / Alianças</li> <li>○ Criação</li> <li>○ Agenda</li> <li>○ Comitivas</li> <li>○ Comunicação <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pública</li> <li>▪ Whatsaap</li> </ul> </li> </ul> </li> <li>● Fortalecimento de organizações de base. <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Diversidade</li> <li>○ Representatividade</li> </ul> </li> <li>● Denúncia / judicialização</li> </ul>	<p><b>QUE NÃO ESTÁ FUNCIONANDO?</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Consultas e audiências.</li> <li>● Transformar Informação e conhecimento em práticas</li> <li>● Desqualificação da informação</li> <li>● Comunicação e envolvimento</li> </ul>
<p><b>COMENTÁRIOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● O discurso atual também é o de descredenciar informações qualificadas (por exemplo, o caso do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE), e o fortalecimento da sociedade civil passa por formação em comunicação estratégica, não artigos técnicos que ninguém lê (Algo na linha do agro é POP).</li> <li>● Comunidades/associações afetadas pelas barragens moveram ações individuais junto ao Ministério Público Federal (MPF), o que perde não gerou jurisprudência.</li> <li>● Estratégias devem envolver a iniciativa privada.</li> <li>● O que funciona/funcionou é o acesso e responsabilização dos financiadores (externos).</li> </ul>	

### **GRUPO 3. COMUNIDADE DE PRÁTICA**

Participantes: Simone, Edgar, Lidia, Marcelo, Neiva, Henrique (UFAM), Fernanda

*Tabela 7 – Conteúdo apresentado pelo Grupo 3.*

#### **COMO PODEMOS FORTALECER AS NOSSAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO?**

- Construir a identidade do grupo.
- Clareza das estratégias de cada instituição; a partir daí traçar estratégias do grupo.
- A motivação virá de temas de interesse comum.

#### **COMO PODEMOS TRABALHAR ENQUANTO GRUPO?**

- Webinários, treinamentos, seminários, desenvolvimento de metodologias em temas de interesse comum:
  - Gestão integrada
  - Ciência cidadã
  - Análise de atores sociais
  - Gestão de redes
- Para iniciar podemos trabalhar em artigos e projetos em conjunto
- Capacitação em comunicação efetiva (transmitir conhecimento)
- Mapear os grupos de pesquisa que atuam na região.
- Realização do seminário: “Amazônia: Rios, estradas, conexões e rupturas” 03-06 junho 2020
- Mapeamento de demandas dos povos indígenas e comunidades locais para a pesquisa.

#### **BANDEIRÃO DA COMUNIDADE DE PRÁTICA E APRENDIZAGEM**

Com o objetivo de formar um conceito coletivo do que significa comunidade de prática e aprendizagem para o grupo e fortalecer o sentimento individual de pertencimento ao grupo, realizamos a atividade do "bandeirão". Nela cada participante escreveu um ou duas palavras num grande pedaço de tecido, o "bandeirão" do GIA-Brasil (Figuras 17 e 18), que expressasse para ele/ela o significado de uma comunidade de prática e aprendizagem. Depois de todos escreverem, cada um compartilhou a(s) sua(s) palavra(s) e o porquê.



Figura 17 - Foto da atividade do “Bandeirão”.



Figura 18 – Reprodução do “Bandeirão” do GIA-Brasil.



## DIÁLOGO FINAL

Já caminhando para a finalização da oficina, foi feita uma rodada de conversa sobre os próximos passos da nossa comunidade que começou a se formar durante os últimos três dias. As perguntas gerais para discussão foram:

- O que a comunidade de prática e aprendizagem (CoP-A) deve fazer?
- O que vamos trabalhar? Que tipo de ações concretas podemos fazer?

Inicialmente a equipe facilitadora propôs a organização em pequenos grupos a partir de 4 temáticas que foram identificados nas ações recomendadas durante o mapeamento participativo (e outras que o grupo poderia propor): Diálogo e parceria interinstitucionais; Monitoramento & Fiscalização; Sustentabilidade Financeira das Comunidades e Gestão Territorial Integrada. Contudo, o grupo preferiu fazer uma discussão em plenária que levou à apontamentos de outros temas e algumas ações de forma mais geral.

Uma das questões levantadas foi que é preciso entender melhor o que nos une como CoP-A, em relação às ações e capacidades (práxis e conhecimento técnico), assim podemos discutir melhor como atacar os temas e filtrar pelas capacidades que temos. Trabalhar com ações concretas e com temas que são de interesse para as instituições. Nesse sentido, a UF poderia ajudar os participantes a entender melhor os conceitos de governança (entre outros) e compartilhar instrumentos para apoiar nossas ações.

Cada organização tem experiência e expertise para aportar e também receber algum conhecimento novo. Como podemos fazer para que esta CoP-A seja efetiva para isso?

Não ficou claro ao início sobre como seguir, mas após algumas contribuições dos participantes, os seguintes temas e linhas de atuação emergiram:

**1. Defesa De Direitos Humanos e Territoriais:** Os territórios são a garantia de uma expressão cultural e territorial. Processo de Formação de Defensores Indígenas (UNIR-Neiva, KANINDÉ-Neidinha, UF-Simone).

**2. Licenciamento Ambiental:** avaliar e entender como as mudanças sendo propostas vão afetar a natureza e os povos tradicionais e indígenas. Entrar em contato com o grupo da ABAI (Associação Brasileira de Avaliação de Impacto), que participa pesquisadores como Profs. Evandro Moretto e Luiz Enrique Sánchez da Universidade de São Paulo (USP) que fizeram uma análise e manifestação sobre o projeto de lei. UFAM irá trabalhar o tema em sala de aula (IEB, UFAM, UNIR).

**3. Gestão Integrada:** Áreas protegidas e outros territórios. Proteção/Integridade Territorial. Monitoramento e Vigilância. Trabalhar a questão ambiental também no contexto urbano e em conjunto com as prefeituras

**4. Diálogos e Parcerias Interinstitucionais:** Consolidação de parcerias de pesquisa na região e resultados acadêmicos integrados, inclusive produzir publicações em conjunto. Publicação científica da oficina como, por exemplo, um Dossiê (resultados do mapeamento e outros-UNIR). Ter alunos pesquisando temas de interesse da CoP-A. Buscar parcerias e recursos em conjunto. “Seminário Amazônia: Rios, estradas, conexões e rupturas” (UFAM-Henrique, UNIR-Ricardo Gilson, UEA-Beatriz, UF-Bob);

**5. Processos de aprendizagem:** Ciência cidadã, análise de atores sociais, gestão de rede, artigos e projetos. Webinários e Estudos temáticos. Troca de experiências com outros mosaicos do projeto GIA





(eventos internacionais). Treinamento de Drones oferecido pela UF na região até o final do ano. Artigo de revisão sobre o tema de gestão ambiental e territorial integrada (UF facilitar).

Ficou acordado que os temas e atividades mencionadas ainda precisam ser discutidos internamente nas organizações, para serem validados, sendo os participantes da oficina os pontos focais das organizações dentro da comunidade de prática e aprendizagem do GIA/Brasil.

Também, ficou combinado que a equipe da UF entraria em contato para dar sequência na criação de grupos de trabalho e utilização da plataforma de comunicação do GIA ([www.giamazon.org](http://www.giamazon.org)). Com isso, o evento foi encerrado com os devidos agradecimentos pela participação e contribuições de todos.



Figura 19 – Foto da Comunidade de Prática e Aprendizagem formada.



## ANEXOS

### A. FEIRA DE EXPERIÊNCIAS - TABELAS COM O QUE FOI APRESENTADO POR CADA ORGANIZAÇÃO PARTICIPANTE.

INSTITUIÇÃO: UNIR/Geografia (1)	
<b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS</b> - Formação Recursos Humanos (RH) - Mobilização/extensão - Articulação de grupo de pesquisa	<b>RESULTADOS</b> - Mestres e Doutores Indígenas - Colaboração universidade e sociedade - Rede de colaboração
<b>DESAFIOS</b> - Ampliar a internalização colaborativa - Canais de diálogos sociedade e outros saberes tradicionais - Internacionalização de pesquisa colaborativa	<b>LIÇÕES APRENDIDAS</b> - Formação de alto nível e local - Ampliação do debate em rede colaborativa
INSTITUIÇÃO: UNIR/RBA – Rede de Barragens Amazônicas (2)	
<b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS</b> - Contribuir com a discussão e entendimento dos impactos sociológicos das PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas na Amazônia - Pesquisa inter e transdisciplinar, diálogo intersetorial e influência de projeto pedagógico da escola (PPE)	<b>RESULTADOS</b> - Publicações científicas e notas técnicas - Formação de um grupo de trabalho intersetorial
<b>DESAFIOS</b> - Influenciar os instrumentos legais já estabelecidos - Atuar no cenário político atual - Diálogo intersetorial e com a sociedade	<b>LIÇÕES APRENDIDAS</b> - Pouca discussão científica sobre as PCHs - Impactos cumulativos sem controle
INSTITUIÇÃO: APIJ/OPIAM/OPIPAM (3)	
<b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS</b> - Sistema agroflorestal - Mapeamento territorial	<b>RESULTADOS</b> - Fortalecimento das associações indígenas



<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gestão ambiental territorial</li> <li>- Oficina em licenciamento ambiental</li> <li>- Mapeamento as atividades produtivas (açaí, castanha, copaíba)</li> <li>- Elaboração de planejamento sobre mudanças climáticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Envolvimento dos jovens idosos, e crianças dentro do governo interno e externo</li> <li>- Formação de agentes ambientais indígenas</li> <li>- Autonomia na elaboração dos mapas tradicionais dos territórios</li> <li>- Fortalecimento da produção</li> </ul>
<p><b>DESAFIOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecimento e valorização dos produtos extrativistas e agroflorestais</li> <li>- Formalização dos Protocolos de Consultas (169)</li> <li>- Fomento ou programas para incentivo das cadeias produtivas (município, estado e federal)</li> </ul>	<p><b>LIÇÕES APRENDIDAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atividades coletivas entre as comunidades</li> <li>- Integração dos povos indígenas na região Madeira/Purus</li> <li>- Gestão integrada dos territórios e órgãos</li> <li>- Diálogo com os órgãos do governo</li> </ul>

**INSTITUIÇÃO: ASAEX (4)**

<p><b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer cadeias produtivas (castanha, açaí e borracha)</li> <li>- Fortalecer produção familiar (café e farinha de mandioca)</li> <li>- Parcerias: Pacto Floresta, EMATER, ICMBio, EMBRAPA</li> <li>- Reuniões e oficinas</li> </ul>	<p><b>RESULTADOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Em alguns eventos mostramos produtos da floresta</li> <li>- Projetos: Agroindústria de farinha e mapeamento de castanhal</li> </ul>
<p><b>DESAFIOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer as bases</li> <li>- Para que jovens fiquem dentro da reserva e juntos de suas famílias</li> <li>- Tirar fazendeiro de unidade</li> <li>- Dar visibilidade ao produto da floresta e agricultura familiar</li> </ul>	<p><b>LIÇÕES APRENDIDAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sempre ter parcerias</li> </ul>

**INSTITUIÇÃO: ACT - Amazon Conservation Team (5)**

<p><b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover el desarrollo sostenible del territorio</li> </ul>	<p><b>RESULTADOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Más de 760 mil hectáreas de territorios indígenas tituladas</li> </ul>
--	--



<ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover alternativas de manejo sostenible en las comunidades locales</li> <li>- Fortalecer las comunidades locales a través de la gobernanza interna</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 32 grupos étnicos indígenas y comunidades campesinas en 10 departamentos diferentes de Colombia fortalecidos</li> <li>- 5 corredores de conectividad en el Piedemonte Andino Amazónico y en la planicie Amazónica en implementación</li> <li>- Apoyo en la creación de las áreas protegidas PNN Fragua Indi Wasi y SF Orito Ingi Ande</li> <li>- Programa de monitoreo local de biodiversidad y formación en educación ambiental (niños indígenas y campesinos)</li> <li>- Política Pública integral para los pueblos indígenas del Caquetá y indígenas en aislamiento de Colombia</li> <li>- 20 Planes de Vida Indígenas y otras herramientas de gestión</li> <li>- 8.862 ha de bosques bajo acuerdos voluntarios de conservación en veredas campesinas y 312 planes de manejo predial familiar</li> </ul>
<p><b>DESAFÍOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sostenibilidad y desarrollo de procesos a largo plazo</li> <li>- Trabajo en áreas remotas de difícil acceso</li> <li>- Articulación interinstitucional</li> <li>- Facilitar el empoderamiento de las organizaciones locales para el manejo de sus recursos</li> <li>- Consolidar cadenas productivas sostenibles</li> </ul>	<p><b>LIÇÕES APRENDIDAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- La conservación de los bosques tropicales se logra trabajando en conjunto con sus comunidades</li> <li>- La construcción participativa de proyectos con las comunidades permiten mayor apropiación por parte de ellas</li> <li>- La importancia de trabajar con los diversos actores que hacen presencia en el territorio</li> <li>- El fortalecimiento de la gobernanza de las comunidades locales se logra a través de la implementación de procesos</li> </ul>

<p style="text-align: center;"><b>INSTITUIÇÃO: UEA NESHUMAITÁ (6)</b></p>	
<p><b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ensino</li> <li>- Pesquisa</li> <li>- Extensão</li> <li>*2019-2020</li> <li>- TBC</li> <li>- TS</li> <li>- Qualidade da água</li> <li>- Ações educativas</li> </ul>	<p><b>RESULTADOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver as potencialidades produtivas locais</li> <li>- Educação ambiental</li> <li>- Gestão participativa</li> <li>- Conscientização e sensibilização</li> <li>- Mobilização</li> </ul>





<p>*Cursos tecnológicos chave</p> <p>*Projeto Integrador</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- DEs / Plano de ação</li> <li>- Cadeias produtivas (açai, castanha, piscicultura) e pesca predatória</li> </ul>	
<p><b>DESAFIOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento do GP NUPEDAM</li> <li>- Conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental</li> </ul>	<p><b>LIÇÕES APRENDIDAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ausência do estado</li> <li>- Desmatamento, queimadas</li> <li>- Aplicação de PPs</li> </ul>

INSTITUIÇÃO: OCMA (7)	
<p><b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitación en fortalecimiento organizativo</li> <li>-Recuperar saberes comunitarios y retroalimentación</li> </ul>	<p><b>RESULTADOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulación de mujeres, hombres, ancianos, jóvenes, niños, en función al ejercicio de los derechos</li> </ul>
<p><b>DESAFIOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Comprender lo nuevo (Inv.) que complementa la vida de las familias</li> </ul>	<p><b>LIÇÕES APRENDIDAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- No es bueno todo lo que viene de afuera</li> <li>- Acciones comunes</li> <li>- Interconexión con otros actores</li> </ul>

INSTITUIÇÃO: UFAM / CCA (8)	
<p><b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- EIA / RIMA - gasoduto, BR</li> <li>- Assessoria ao MPF / justiça</li> <li>- Assessoria a organização de base</li> <li>- Pesquisa / pós-graduação</li> <li>- Formação continuada</li> <li>- Atlas ODS Amazonas (projeto de popularização da Agenda 2030)</li> </ul>	<p><b>RESULTADOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Primeiro EIA / RIMA do estado do Amazonas</li> <li>- Decisões favoráveis ao meio ambiente e comunidades e povos tradicionais</li> <li>- Fortalecimento e protagonismo das comunidades e suas representantes</li> <li>- Cursos de especialização em educação ambiental para profissionais.</li> </ul>
<p><b>DESAFIOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Universidade pública gratuita</li> <li>- Pesquisa e formação em ambiente de sociedade</li> <li>- Inclusão social</li> <li>- Fortalecer os processos democráticos</li> </ul>	<p><b>LIÇÕES APRENDIDAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Importância de: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Integrar conhecimentos e pessoas</li> <li>• Aprendizagem em rede</li> <li>• Contextualizar o ensino</li> <li>• Motivar a aprendizagem</li> </ul> </li> </ul>



INSTITUIÇÃO: Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Boca do Acre (9)	
<p><b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estruturação da Secretaria (física, humana e arcabouço jurídico)</li> <li>- Sede, máquinas e equipamentos</li> <li>- Apresentação de propostas de projetos de R\$</li> <li>- Mecanismos legais de recursos próprios (R\$)</li> </ul>	<p><b>RESULTADOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumento de rede de parceiros</li> <li>- Reconhecimento da SEMAM no município, estado, governo federal e internacionais</li> <li>- Const. CMF, aquisição: motos, GPS, PC, impressora e carro</li> </ul>
<p><b>DESAFIOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de apoio da PMBA</li> <li>- Estruturação do fundo municipal de Meio Ambiente</li> </ul>	<p><b>LIÇÕES APRENDIDAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Parcerias fortalecidas</li> <li>- Busca de oportunidades</li> </ul>

INSTITUIÇÃO: Aliança Sul do Amazonas (10)	
<p><b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Narrativas de desenvolvimento econômico de base sustentável</li> <li>- Envolvimento local</li> <li>- Envolvimento multi-atores</li> <li>- Governos local, estadual e federal</li> <li>- Iniciativa privada</li> <li>- Movimento social e ONGs</li> <li>- Reivindicação de espaços de participação</li> <li>- Vinculação em oportunidades de projetos de políticas públicas</li> </ul>	<p><b>RESULTADOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Rede ampla de parceiros: <ul style="list-style-type: none"> <li>• 10 municípios e 32 adesões formais</li> <li>• Capilaridade</li> </ul> </li> <li>- 4 GTs funcionando: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Floresta</li> <li>• Produção</li> <li>• Turismo</li> <li>• Fundiário</li> </ul> </li> <li>- 2 projetos paralelos em processo de articulação <ul style="list-style-type: none"> <li>• Energia Sustentável</li> <li>• Instrumento Municipal</li> </ul> </li> <li>- Reconhecimento internacional</li> <li>- Grupo de Mulheres (modelo para outros territórios)</li> </ul>
<p><b>DESAFIOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conseguir os espaços de participação</li> </ul>	<p><b>LIÇÕES APRENDIDAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Estruturas de governança simples</li> </ul>



- Constância de participação (eleições municipais) - Custeio para operacionalização	- Fórum de interessados
--	-------------------------

**INSTITUIÇÃO: KANINDÉ (11/Antiga 18)**

<p><b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer os povos indígenas na defesa dos seus direitos             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudos e pesquisas</li> <li>• PGTA</li> <li>• Formação e capacitação</li> <li>• Apoio a manifestações e articulações</li> </ul> </li> <li>- Promover ações de proteção ambiental             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Planos de manejo</li> <li>• Incluir os urbanos nas ações de formação</li> </ul> </li> </ul>	<p><b>RESULTADOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- PGTAs sendo implementados             <ul style="list-style-type: none"> <li>• 10 terras indígenas com PGTAs (estudos sobre biodiversidade realizados (fauna e flora)</li> <li>• Programas de cultura, desenvolvimento econômico e Meio Ambiente sendo implementados / 10 terras indígenas com etno-zoneamento:</li> <li>• Indígenas capacitados para atuar na proteção, agricultura e geração de renda</li> <li>• Marcos reprovados no INPI</li> <li>• Participação ATL, criação AGIR</li> </ul> </li> <li>- 02 planos de manejo elaborados e xxxxxx</li> <li>- Publicado e PGTA</li> </ul>
<p><b>DESAFIOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Como sobreviver no desmonte do Meio Ambiente e retrocessos nos direitos indígenas pelo atual governo</li> <li>- Como não ser morto pelos invasores que dizem ter o apoio do presidente</li> <li>- Como conseguir recursos para continuar apoiando os povos indígenas ou suas articulações</li> </ul>	<p><b>LIÇÕES APRENDIDAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A utilização da imprensa para denunciar os crimes contribui para fazer com que os órgãos atuem.</li> </ul>

**INSTITUIÇÃO: STTR - Lábrea (12)**

<p><b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento das lideranças de base comunitária             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reuniões, oficinas e cursos</li> </ul> </li> </ul>	<p><b>RESULTADOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Novas lideranças</li> <li>- Novas parcerias</li> <li>- Emissão de DAP e CNIS</li> </ul>
<p><b>DESAFIOS</b></p>	<p><b>LIÇÕES APRENDIDAS</b></p>



<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manter o movimento/sindicato funcionando e operando</li> <li>- Novas agendas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não distanciar as lideranças das bases sociais</li> </ul>
--	--

INSTITUIÇÃO: IDESAM (13)	
<p><b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Geração e divulgação de informações...</li> <li>- Fortalecimento de organizações locais através de capacitação e geração de renda</li> <li>- Consolidação de cadeias produtivas sustentáveis, ATER, agregação de valor, mercado</li> <li>- Participação em fóruns, conselhos</li> </ul>	<p><b>RESULTADOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Publicações técnicas</li> <li>- Café Apuí agroflorestal/orgânico certificado</li> <li>- Óleos vegetais</li> <li>- P.P.A.</li> <li>- Observatório BR-319</li> <li>- Planos de Gestão UCs, PMF Com.</li> </ul>
<p><b>DESAFIOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Projetos de longo prazo</li> <li>- Ajuste objetivos IDESAM x financiadores</li> <li>- Conciliar demandas e projetos vigentes (\$)</li> <li>- Contexto político</li> </ul>	<p><b>LIÇÕES APRENDIDAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Captação x execução</li> <li>- Mais projetos contribuindo com o fortalecimento institucional</li> <li>- Expectativas x continuidade</li> <li>- Evitar relações de dependência</li> <li>- Relações de longo prazo</li> </ul>

INSTITUIÇÃO: IEB (14)	
<p><b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Formação</li> <li>- Espaços públicos de governança e gestão territorial</li> <li>- Gestão financeira de fundos e pequenos projetos</li> </ul>	<p><b>RESULTADOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Incidência política local e regional</li> <li>- Articulação de atores</li> <li>- Criação de arranjos e redes</li> <li>- Fórum Diálogo Amazonas, comitês regionais FUNAI (Madeira, Purus), conselhos de UCs</li> <li>- Regularização fundiária, participação e controle social</li> <li>- Autonomia, implementação direta de \$ pelas comunidades/aldeias</li> </ul>
<p><b>DESAFIOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Descontinuidade</li> <li>- Alcance nas comunidades</li> </ul>	<p><b>LIÇÕES APRENDIDAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Traz resultados rápidos</li> <li>- Ao fim, uma rede é criada</li> </ul>





<ul style="list-style-type: none"> <li>- Replicabilidade</li> <li>- Engajamento dos órgãos de Estado</li> <li>- Celeridade x burocracia</li> <li>- Desenvolvimento institucional e organizacional das associações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inter-cientificidade</li> <li>- Socialização e nivelamento das informações</li> <li>- Horizontalização das relações que precedem as decisões</li> <li>- Assessoria sob medida e continuada trazem bons resultados</li> <li>- \$ Pequeno e ajustado = Mais resultados</li> </ul>
--	--

INSTITUIÇÃO: UNIR/Ecoporé (15)	
<b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ciência Cidadã</li> <li>- Monitoramento participativo da pesca</li> <li>- Apoio à gestão pesqueira</li> </ul>	<b>RESULTADOS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Rede pescadores / Madeira</li> <li>- Socialização de informações</li> </ul>
<b>DESAFÍOS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Parceria governo, academia, e outros atores</li> <li>- Ampliar o número de participantes da rede</li> </ul>	<b>LIÇÕES APRENDIDAS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ciência Cidadã e socialização de informações</li> <li>- Ferramenta de empoderamento e obtenção de dados</li> </ul>

INSTITUIÇÃO: FGV CES (16)	
<b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Abordagem territorial</li> <li>- Construção coletiva e dialógica</li> <li>- Monitoramento do desenvolvimento</li> <li>- Agendas de desenvolvimento territorial</li> <li>- Estudos de caso</li> </ul>	<b>RESULTADOS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecimento de capacidades</li> <li>- Construção de diretrizes e modelos</li> <li>- Articulação de redes</li> </ul>
<b>DESAFÍOS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conflitos entre visões de mundo</li> <li>- Instituições herméticas</li> <li>- Estratégia de saída</li> <li>- Pressões econômicas</li> <li>- Acirramento de conflitos</li> <li>- Relação Estado e Empresas</li> </ul>	<b>LIÇÕES APRENDIDAS</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Infraestrutura x Desenvolvimento local</li> <li>- Projetos territorialmente cegos</li> <li>- Fortalecimento do licenciamento ambiental</li> <li>- Participação social é fundamental</li> <li>- Governança para decisão compartilhada</li> </ul>

INSTITUIÇÃO: IDAM (17)
------------------------



<b>ESTRATÉGIAS E FERRAMENTAS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- ATER efetiva e qualificada</li><li>- Metodologia participativa</li><li>- Adoção de projetos prioritários</li></ul>	<b>RESULTADOS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- 21 projetos prioritários elaborados</li><li>- Concurso público</li><li>- Aumento do orçamento</li><li>- Capilaridade no estado</li></ul>
<b>DESAFIOS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Manutenção de equipe técnica qualificada</li><li>- Chamamento dos aprovados no concurso</li><li>- Garantia do financeiro</li></ul>	<b>LIÇÕES APRENDIDAS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>- Integração do sistema</li><li>- Trabalho em parceria</li></ul>



## B. MAPEAMENTO PARTICIPATIVO - RESULTADOS DETALHADOS POR GRUPO.

Mapa A - Projetos/Ações e Áreas de valor-interesse & Mapa B - Áreas de maior preocupação e ações recomendadas + Apresentações em Mapa Grande.

Organizações e Participantes	Grupo 01			
	Projetos/Ações	Áreas de valor-interesse	Áreas de maior preocupação	Ações recomendadas
Fidel - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Boca do Acre	A. Boca do Acre – Projetos da Prefeitura	10. Lago Novo – pesca – alimenta 200 famílias – riqueza cultural; 11. TI demarcada, Flona e Resex – questão indígena/cultural/extrativa vista. 12. Área pública não destinada com comunidades tradicionais sem área demarcada e rica em recursos naturais	27. Boca do Acre – madeira ilegal, grilagem e disputa pela terra (violência nas comunidades); 28. Expansão da fronteira “rondonização” 29. Flona Iquiri – demarcação sem consulta (conflito de terras)	Protocolo de consulta para as TIs da região.  Disseminar PNGATI nas comunidades.  Formular os PGTA's no Madeira e Purus onde não existem.  Implementação e monitoramento de acordos de uso em UCs.
Marcelo - IEB	B. TI Caititu – PGTA, SAFs, produção de castanha;	8. Efetividade das APs – segura a pressão. 9. Apurinã – resgate da identidade cultural (PGTA) e recuperação áreas degradadas	25. KM 2 (ou 42) – BR 230 – Rio Mari – grande pecuária no limite da TI Catitu; 26. Km 60 – mesmo problema de cima	Fortalecimento dos diagnósticos participativo nas UCs/Tis que não tem.
Fabiana - IPÊ	C. Purus/Madeira – Apoio a projetos	1. RDS Madeira – adensamento populacional e a jusante das barragens (impactos rurais no AM)	20. Estradas – impacto nas áreas protegidas; 21. Impacto UHEs	<b>Fortalecimento de cadeias de valor. Fortalecimento da governança/gestão integrada das áreas protegidas. Parcerias entre governos, ONGs e movimentos sociais, associações, sindicatos...) e Universidades</b>
Adelson – STTR Lábrea	D. Resex Ituxi	6. Rio Curuquete – potencial extrativismo e bela cachoeira	23. Puruquete – pecuária, queimada e ocupação; 24. Resex Ituxi – retirada de madeira, pesca ilegal	
	E. Resex Médio Purus	7. Alto Purus – extrativismo e pesca (manejo pirarucu)	22. BR 230 grandes derrubadas para pecuária e queimadas	
Nilcélio	F. Flona Purus +	3. Flona Humaitá – fora da área de demarcação e	15. Garimpo de cassiterita explorado pelos índios e	



	Corredor TI – PGTA, SAFs	de uso da comunidade – vigilância e importância sagrada; 4. Bloco de Tis que tem conservação da floresta e valor cultural; 5. Igarapé preto – SAFs e viveiro de peixe	entrada de garimpeiros; 16. Estrada que dá acesso a pessoas não autorizadas 17. Vila Matupi – pessoal de fora vindo explorar madeira na região das Tis 18. Transamazônica – atropelamento de fauna e de indígena (alto fluxo) e retirada de árvore e cascalho das Tis para obras 19. Rio Maeci-Grande: UHE Tabajara que afeta Tis	
WWF Henrique Santiago	- H. UCs da ALAP + I. Mosaico Apuí	2. Paredão de UCs na área região de fronteira agrícola e ao lado do grande assentamento	13. Eventos extremos climáticos (cheias, vazantes) e impactos UHE Madeira 14. Estradas clandestinas e grilagem e violência física e simbólica contra as populações tradicionais	

Discussões - Mapa grande		
Áreas de valor-interesse	Áreas de maior preocupação	Ações recomendadas
Tis Madeira - Purus	Município de Boca do Acre	Protocolo de consulta para as Tis da região. Disseminar PNGATI nas comunidades. Formular os PGTA's no Madeira e Purus onde não existem. Implementação e monitoramento de acordos de uso em UCs. Fortalecimento dos diagnósticos participativo nas UCs/Tis que não tem. <b>Fortalecimento de cadeias de valor. Fortalecimento da governança/gestão integrada das áreas protegidas. Parcerias entre governos, ONGs e movimentos sociais, associações, sindicatos...) e Universidades</b>

Facilitador(a): Carolina Jordão

Organizações e Participantes	Grupo 02			
	Projetos/Ações	Áreas de valor-interesse	Áreas de maior preocupação	Ações recomendadas





UNIR – Ricardo Gilson	Pesquisa acadêmica; Laboratório Governança	Porque é fronteira de expansão agrícola; Frente de expansão de pecuária, e exploração madeireira (Rondonização)	União Bandeirantes; Povoado Nova Dimensão. TI Karipuka e Resex Jaci Fronteira norte Rondônia; Humaitá; Ponta Abuna. Grilagem, pecuária, madeira - TI Karipuna, e TI Kaxapari. Retirada de madeira, grilagem. Comunidades ribeirinhas - hidrelétrica Tabajara -	Pesquisa. Fiscalização intensa (exército); Trabalhar com a organização social
WWF - Ricardo Mello	D - Barra São Manuel - Turismo e gestão de UC E - Aqui - cidade (discussão territorial e mosaico) F - Manicoré cidade - revitalização da cadeia da borracha	3 - Posto da fronteira (Rondônia - AM - BR 319) -	Sul do Amazonas (Humaitá) - estrada do estanho (Colniza) - mineração, aliciamento indústria madeireira,	Revitalizar Centro - possibilidade/transição do desenvolvimento sec. XX para XXI; Reforçar fiscalização e controle - defesa agropecuária e florestal
IDAM - Nadiele Pacheco	G - RDS Rio Amapa - Ater Castanha H - RDS Juma - Ater PMFM I - Rio Atininga - Ater Cpaiba	Agricultura familiar	Calha Rio Madeira - Manicoré -	Potencial e produtividade da agricultura familiar; Posto da fronteira (Rondônia - AM - BR 319); Reforçar fiscalização e controle/ defesa agropecuária e florestal
IPÊ - Angela Pellin (roxo)	J - Parna Mapinguari - Gestão e Fortalecimento Institucional		Parna Mapinguari & Parna Juruena	Gestão e Fortalecimento Institucional



	L - Parna Juruena -			
OPIPAM - Thiago Castellano (azul)	Corredor Kagwahiva - potencial produtivo	Valor cultural	TIs Ipixuna, Nove de Janeiro, Diahui -	PGTA, SAFs, Gestao Territorial, monitoramento, atividades produtivas

Discussões - Mapa grande		
Áreas de valor- interesse	Áreas de maior preocupação	Ações recomendadas
Corredor etnoambiental. Kagwahiva. - Valor cultural, e potencial produtivo	Eixo BR-319 e BR-230. Acesso (madeireiro, pecuarista, garimpeiro, tráfico)	Reforçar fiscalização e controle. Protocolo de consulta prévia (OIT 169). Posto da barreira – fronteira BR 319. Defesa agropecuária e florestal. Regularização fundiária

Facilitador(a): Gabriel Carrero

Organizações e Participantes	Grupo 03			
	Projetos/Ações	Áreas de valor- interesse	Áreas de maior preocupação	Ações recomendadas
OCMA - Lydia Antty	Comité binacional en defensa de la vida Amazónica en la cuenca del río Madera	Valor socioambiental: florestas para o uso das comunidades	Pampas del Beni: comprado por grupo César-Cassol para plantar soja; Inundaciones de las represas del Complejo Madera	Diagnóstico e mediação de conflitos
UNIR - Artur Moret	Impactos Ambientais e Sociais UHEs; Geração de energia com óleos vegetais	Valor socioambiental	Energia sustentável - alternativa	Comunidades atingidas isentas de pagamento de energia



UNIR - Madalena Cavalcante	Pesquisa desterritorialização e reterritorialização de atingidos por barragens; Geografia do setor elétrico; Hidrelétricas e APs	Valor socioambiental: populações atingidas pelas barragens; o território das hidrelétricas	Populações de atingidos por barragens e APs; Gestão adaptativa de Santo Antônio e Jirau	Grandes ações para proteção, comando e controle governamental
WWF - Henrique Santiago	Aliança para o Desenvolvimento Sustentável do Sul do Amazonas; Diagnóstico do potencial de serviços ambientais - Apuí; Mosaico da Amazônia Meridional (conselho)	Espaço simbólico das articulações e parcerias	Invasão de áreas protegidas para extração ilegal; Processos de revisão de APs e PAs; Ocupação super desordenada	Destinação fundiária das áreas não destinadas e ordenamento da ocupação atual

Discussões - Mapa grande		
Áreas de valor- interesse	Áreas de maior preocupação	Ações recomendadas
Área da fronteira entre países e estados - concentram várias obras de infraestrutura		Respeito do direito para o uso do território das populações tradicionais / estabilidade de destinação fundiária

Facilitador(a): Alexandra Sabo

Organizações e Participantes	Grupo 04			
	Projetos/Ações	Áreas de valor- interesse	Áreas de maior preocupação	Ações recomendadas
IDESAM - Fernanda Meirelles	Observatório da BR-319: monitoramento de desmatamento,	1.RDS Piagaçu-Purus (realizou pesquisa na área); 2.Campinas, pela presença de áreas	1.Vila de Realidade (desmatamento e grilagem);2.BR174b (estradas cortando UCs)	Governança (IDAM, INCRA e SEMA), regularização fundiária, desenvolvimento de cadeias sustentáveis e criação de



	queimadas e licenciamento	com espécies endêmicas		oportunidades/potencial turístico
UEA - Beatriz Furtado	Vila do Ipixuna: projeto de educação e turismo sustentável	1.Vila do Ipixuna, por conta do valor cultural e turístico que a vila tem; 2.Paraizinho, patrimônio histórico e cultural	1.Vila do Ipixuna: troca de gestão (área federal - área municipal); 2.FLONA de Humaitá (implementar o plano de manejo)	Governança (governos federal e municipal) e a sua implementação (ICMBio, SEMA e SENDAS)
ASAEX - Missilene Rodrigues	Retirada de fazendeiros da RESEX Rio Ouro Preto	1.Entorno da Resex Rio Ouro Preto, porque neste entorno estão localizadas as nascentes importantes para a comunidade; 2.Conjunto de APs, porque protege os limites da RESEX Rio Ouro Preto	1.Parque Estadual de Guajará-Mirim (desmatamento no entorno e invasões); 2.UHE Ribeirão (impacto direto/alagamento)	Implementar uma fiscalização efetiva e criar um protocolo para fazer os estudos junto com as empresas que estão fazendo o EIA-RIMA
UNIR - Hemily Vitória	Pesquisa sobre a efetividade de gestão das UCs do município de Porto Velho	1.ESEC Serra dos Três Irmãos, local de estágio e pesquisa pela universidade; 2.Assentamento Joanna Darc: comunidade no entorno mudou a sua forma de compreensão	1.FLONA do Bom Futuro (desmatamento, grilagem e ocupação ilegal); 2.APA Rio Pardo; 3.FES Rio Pardo); 4.TI Karipuna e 5.RESEX Jaci-Paraná	Melhorar a gestão ambiental do território (recursos humanos, financeiros, monitoramento e fiscalização)





Áreas de valor-interesse	Áreas de maior preocupação	Ações recomendadas
RESEX do Rio Ouro Preto: lutas das comunidades para a consolidação dos territórios	Vila de Realidade: pelo atual modelo de ocupação predatória (gado e madeira)	Melhorar a gestão territorial (governança, mecanismos de comando e controle, sustentabilidade financeira, porque são áreas que sofrem pressões advindas de um modelo de ocupação predatória

Facilitador(a): Ney Maciel

Organizações e Participantes	Grupo 05			
	Projetos/Ações	Áreas de valor-interesse	Áreas de maior preocupação	Ações recomendadas
UNIR - Gean Magalhães	Impacto da UH Jirau e Santo Antônio na Flona Bom Futuro; Impacto na Estação Ecológica Serra dos Três Irmãos	Ambiental, econômico, científico	Além da pressão da UH (Santo Antônio e Jirau) está sendo desmatada e invadida; elevação do nível do reservatório da UH Jirau	Estudo de compensação ambiental do impacto da UH Estudo do impacto da UHE Jirau – redefinição de limites
UNIR - Maria das Graças	Criação de alternativas econômicas; Intensificação e aumento da pressão da UH Madeira	Econômico, ambiental, social, cultural, turística;	PA Joana D’arc III – Agrovila; Distrito de Nazaré (Rio Madeira) próximo Estação Ecológica Cunia. Impactos contínuos da UH Madeira	Fortalecimento das organizações locais.
UNIR Cacoal - Neiva Araujo	Licenciamento das UHE e PCH; TI demarcada, sendo isolada, cercada, degradada pelas PCHs, e outros empreendimentos (laticínios, soja, etc); conflitos em função da Mineração	Espiritual, social, turístico, econômica, cultural	Machadinho/Tabajara (UHE); Especulação imobiliária, e pressão da UH Tabajara Devido a degradação social, ambiental, cultural PCH na TI Rio Branco;); TI Roosevelt	Pesquisa de impactos; Projeto geração de turismo e cadeia produtiva da castanha, como alternativas ao garimpo.



Discussões - Mapa grande		
Áreas de valor-interesse	Áreas de maior preocupação	Ações recomendadas
Porque tem valores históricos (antigos seringais, cultura), beleza cênica/turismo (Cachoeira Dois de Novembro, corredeiras) cultural (indígenas, seringueiros), ecológico-ambientais (Resex Rio Preto Jacundá, Parque Nacional Campos Amazônicos). Biodiversidade.	Devido ao processo de consulta deficiente, que impacta a construção do EIA/RIMA, perda dos valores, e saberes tradicionais	Fortalecimento dos espaços de diálogo, entre empreendimento, sociedade civil (impactados) e poder público.

Facilitador(a): Sinomar Fonseca

